

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE BUENO AMARAL

**INDIVÍDUO, SOCIEDADE E AMBIENTE: REFLEXÕES A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO DE UM BOSQUE URBANO**

CURITIBA

2015

FELIPE BUENO AMARAL

INDIVÍDUO, SOCIEDADE E AMBIENTE: REFLEXÕES A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO DE UM BOSQUE URBANO

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Sociologia, no Curso de Pós-Graduação
em Sociologia, da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Profº Dr. José Luiz F.
Cerveira Filho

CURITIBA

2015

Catalogação na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Amaral, Felipe Bueno

Indivíduo, sociedade e ambiente: reflexões a partir da constituição de um
bosque urbano / Felipe Bueno Amaral – Curitiba, 2015.
88 f.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Cerveira Filho

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Sociologia – Meio ambiente. 2. Conflito social. 3. Weber, Max, 1864-
1920. 4. Wilhelm, Dilthey, 1833-1911. I. Título.

CDD 302.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) candidato(a) **Felipe Bueno Amaral**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "INDIVÍDUO, SOCIEDADE E AMBIENTE: REFLEXÕES A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE UM BOSQUE URBANO" é de parecer favorável à aprovação do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa linha de pesquisa "Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 03 de março de 2015.


Prof. Dr. Clenio Lago


Prof. Dr. Dimas Floriani


Prof. Dr. José Luiz Fernandes Cerveira Filho
Orientador e presidente da banca examinadora

*Para Roberto Souza, que marcou profunda e eternamente
minha vida. Em memória.*

*À Amanda e Luiz Felipe, que me ensinaram o que é o
amor. Pra quando compreenderem o que o pai faz. Este
texto, mais que para, é por vocês.*

AGRADECIMENTOS

Não se pode agradecer sem incorrer em falta. Um trabalho como este, assim como a própria vida (e os dois não se descolam), é devedor de um mundo de gente, eventos e ambientes. Reconhecendo a injustiça que vou certamente cometer, preciso ainda assim fazer algumas menções que guardo na lembrança.

Inicialmente agradeço a Capes pelo auxílio financeiro e suporte para a realização deste trabalho.

Agradeço imensamente a banca examinadora, pelas contribuições atentas tanto na qualificação do texto quanto na defesa. Nominalmente, agradeço aos professores Alfio Brandenburg, Clenio Lago, Dimas Floriani e em especial meu orientador e parceiro, Zé Luiz!

Ao programa que possibilitou minhas viagens, as organizações e as participações em eventos, obrigado. Agradeço especialmente ao secretário Katiano Miguel, que dá uma outra perspectiva ao fazer público. Grato pela amizade, dedicação, atenção e carinho. Valeu brother – tudo dentro!

Da mesma forma agradeço a todos os professores do meu curso de mestrado que mesmo quando eu não soube interpretar, sempre fizeram surgir alguma luz no caminho, obrigado. Aos dois grupos de pesquisa que me acolheram, CERU e Epistemologia & Sociologia Ambiental, de onde brotou muito diálogo e entrei em um universo maravilhoso.

Aos amigos e a família que compreenderam meu ‘sumiço’ e o silêncio. Aos primeiros agradeço a compreensão das festas que não fui; levo no coração Arilda Arboleya, Caro Cravero, Fragoso, Juan Galigniana, Klayton Thomaz, Lúcio Stival e Viviane Darif. A família agradeço de coração o apoio e torcida, em especial, minha irmã Flávia, que me ajudou em um momento ruim. E minha tia Salete, que, sempre motivadora, me cedeu além do carinho, livros, mesa e cadeira que ficarão comigo a vida. Nunca esquecerei. Agradeço com carinho a Roberta Souza que me proporcionou os passos iniciais.

Dois amigos em especial me acompanharam desde o início de 2012: Tabata Soldan e Vitor Jasper. Ambos, a seu jeito, me ensinaram o que era sociologia e todos os princípios da amizade desde a resiliência à compreensão. Dizer aqui o que vocês significam pra mim é impossível, só se expressa nos abraços. De verdade e do fundo do coração, amo vocês!

Meus pais foram cada um a seu jeito, especiais. Minha mãe na vida, meu pai pela distância, mais pontual. Não lembro mais que conjunto de coisas e relações me encaminhou ao mestrado, mas minha mãe com certeza tem muita responsabilidade nisso. Assumi a ‘bronca’ quando o ‘bicho pegou’ e não me deixou desanimar em nenhum momento. Te amo mãe, se estou aqui, e agora vem o doutorado, é responsabilidade sua! Valeu demais! Meu pai igualmente me apoiou de longe, e foi essencial. Te amo pai!

Escrever um texto como produto final diz pouco e tem que ser muito. Essa tensão constante, desde o processo de seleção onde tudo não passa de projeto, ou seja, muita imaginação, exige carinho, esforço, calor, compreensão. Esse processo seria certamente mais difícil se todos os dias, quase 24 horas dele, não tivesse alguém que valesse a pena ao meu lado. Dizer obrigado Camila, também vai ser pouco. Essa relação que tivemos fez de algum modo a universidade não sair da gente. Isso nasceu na academia e vai pra dentro de cada detalhe da vida doméstica. Sou grato por todos os momentos de apoio e incentivo. Sou feliz por estar ao seu lado! Você foi demais pra mim, alemoa!

Eu já estava há um bom tempo escrevendo Memória do fogo, e quanto mais escrevia mais fundo ia nas histórias que contava. Começava a ser cada vez mais difícil distinguir o passado do presente: o que tinha sido estava sendo, e estava sendo à minha volta, e escrever era minha maneira de bater e abraçar. Supõe-se, porém, que os livros de história não são subjetivos.

Comentei isso tudo com José Coronel Urtecho: neste livro que estou escrevendo, pelo avesso e pelo direito, na luz ou na contraluz, olhando do jeito que for, surgem à primeira vista minhas raívas e meus amores.

E nas margens do rio San Juan, o velho poeta me disse que não se deve dar a menor importância aos fanáticos da objetividade:

- Não se preocupe – me disse. – É assim que deve ser. Os que fazem da objetividade uma religião, mentem. Eles não querem se objetivos, mentira: querem ser objetos, para salvar-se da dor humana.

Eduardo Galeano, 2014. O livro dos abraços.

Este estudo [...] quer partir de um pressuposto diferente. O de que o dentro é o fora. E o fora é o mais dentro.

Paulo Leminski, 2013. Vida.

O ambiente é a alma das coisas. Cada coisa tem uma expressão própria, e essa expressão vem-lhe de fora. Cada coisa é a intersecção de três linhas, e essas três linhas formam essa coisa: uma quantidade de matéria, o modo como interpretamos, e o ambiente em que está.

Fernando Pessoa, 2006. Livro do Desassossego.

Há um eu que vive em toda consciência constituinte. Dele nada se pode dizer, a não ser que ‘através’ dessa visada ele vive um mundo (coisa, homem, obra de arte, etc.) é ele que percebe, imagina, sente, quer, etc. o eu do cogito não pode tornar-se objeto de investigação, ser ‘tematizado’. Só é possível surpreender suas ‘maneiras de relacionar-se com’. Por exemplo, como ele presta atenção a..., suspende [o juízo] ou afirma, mantém passivamente uma percepção, avança ativamente ajuntando um ato ao outro.

Paul Ricoeur, 2009. Na escola da fenomenologia.

RESUMO

Este texto se insere nas reflexões socioambientais contemporâneas que partem das contribuições da teoria da ação e da racionalidade desde Max Weber a Anthony Giddens. Neste estudo nos debruçamos no processo de constituição de um bosque urbano dentro de uma região de casas de alto padrão, de um pequeno município da região metropolitana de Curitiba, PR, com interesse de perseguir e compreender as motivações desta constituição. Com esse intento, a pesquisa foi realizada num período de dois meses, onde frequentamos o bosque e entrevistamos a comunidade do entorno e também os organismos da prefeitura do município, relacionados a construção e manutenção de parques, praças e bosques. Foi possível perceber que dentre as múltiplas motivações da constituição do bosque estudado, a principal delas resultou de um conflito social entre dois grupos, entre indivíduos que utilizavam o bosque de modo distinto. Através disso constatou-se que as noções de natureza e meio ambiente, estão diminuídas ante outras noções como segurança e legislação, e sobretudo, que o meio ambiente não está descolado das ações dos indivíduos.

Palavras-chave: Ação; Motivação; Ambiente.

ABSTRACT

This text is inserted in contemporary social and environmental considerations which stem from the contributions of the action theory and rationality from Max Weber to Anthony Giddens. In this study we look back in an urban forest formation process within a region of high standard houses, a small municipality in the metropolitan region of Curitiba (PR), with interest to pursue and understand the motivations of this constitution. With this intent, the survey was conducted over a period of two months where we attend the woods and interviewed the surrounding community as well as the bodies of the municipal council, related to construction and maintenance of parks, squares and woods. It could be observed that among the many root causes of the constitution of the studied forest, the main one was the result of a social conflict between two groups of individuals who used the differently grove. Through this it was found that the notions of nature and environment, are reduced compared to other notions such as security and law, and above all, that the environment is not taken off the actions of individuals.

Keywords: Action; Motivation; Environment.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Descrição do objeto e problema de pesquisa.....	17
2. ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DA CIÊNCIA DE MAX WEBER E SUA RELAÇÃO ENTRE INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA E VALORES: análise da relação Natureza e Cultura.....	21
2.1. Interpretação e compreensão na obra de Max Weber e Wilhelm Dilthey: uma contribuição da história das ideias	26
2.2. Presença da interpretação na metodologia científica em Weber e Dilthey	31
3. O SISTEMA TEÓRICO DE AÇÃO: do indivíduo de Weber ao agente de Giddens	39
4. AÇÃO, SOCIEDADE E AMBIENTE: uma descrição a partir das apreensões do trabalho de campo	51
4.1. Sobre a constituição do bosque urbano	51
4.1.1. Grupo 1 e as relações com o ambiente	53
4.1.2. Relação do Grupo 1 e o bosque: aparece um novo elemento.....	60
4.1.3. Descrição dos usos do bosque pelo Grupo 2: outras motivações	64
4.2. Apreensões do Grupo 1 em relação ao Grupo 2.....	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE	87

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação não começou há dois anos quando ingressei no mestrado em sociologia desta universidade; este texto – com licença da medida poética – nasce com minha vontade de ser professor, que ficou mais forte quando iniciei a graduação em jornalismo, nunca concluída, nesta cidade de Curitiba no ano de 2004. Desde a primeira experiência com o mundo acadêmico, seus corredores, sua estrutura relacional, a horizontalidade da transmissão e compartilhamento do conhecimento por meio das discussões, enfim, o *habitus* (termo que desconhecia naquele período) desse mundo que tem pouca ciência e muito mais relação (anos mais tarde já no mestrado confirmo pela frase de um meu melhor amigo “sociologia se aprende no bar”. Com o jornalismo não foi diferente).

O curso na faculdade de jornalismo foi interrompido quando tive de mudar de cidade, sair desta Curitiba de Dalton Trevisan e Paulo Leminski – cidade essa que digo que nasci por opção – e ir, em meados de 2006, para a pequena São Miguel do Oeste, no extremo oeste catarinense, onde nasceram meus dois filhos, Amanda e Luiz, e conheci por oportunidade uma outra forma de vivência acadêmica: a pesquisa.

Na nova cidade, por uma questão muito particular, não continuei no curso de comunicação social; prestei vestibular para História no ano em que o curso fechou na única universidade da região. Entre as opções, optei pela Gestão Ambiental, um curso tecnológico superior. Já havia tido contato com o jornalismo ambiental e me pareceu que teria mais oportunidades como professor nessa área que insistia em aparecer dentro de toda reflexão de projeto de futuro.

Me tornei pesquisador de iniciação científica com bolsa integral naquela instituição onde foi possível primeiro, conhecer o mundo de pesquisas, produção e difusão de conhecimento; segundo, aprofundar o conhecimento transmitido em sala de aula e em consequência ter mais acesso aos professores. Foi aí meu primeiro contato com a sociologia, através do grupo de pesquisa Educação e Conhecimento, que reunia alunos de várias áreas para discutir textos dos mais variados (aí conheci a obra de Friedrich W. Nietzsche [1844-1900], por exemplo, que transformou meu olhar sobre o mundo).

Recebi o título de graduação em 2011, e em 2012, já de volta à terra das araucárias, decidi cursar como aluno especial algumas disciplinas do curso do mestrado

em sociologia da Universidade Federal do Paraná. Foi uma experiência na mesma medida assustadora e enriquecedora. Tenho convicção de que tal exercício foi fundamental para meu ingresso como aluno regular no mestrado em sociologia no ano seguinte, do qual este texto é resultado.

Ele, o texto, teve inicialmente quando ainda era projeto, a motivação de descobrir as racionalidades envolvidas na constituição de um bosque urbano. Precisamente, a intenção era investigar tanto as racionalidades do poder público, como as racionalidades da comunidade em que estava o bosque, investigar quais eram as visões de mundo que resultaram na construção daquele equipamento urbano, e não em qualquer outro empreendimento. Essa ideia atravessou todo o trabalho de campo e o arcabouço teórico e metodológico que foi apresentado à banca de qualificação. Ali, o texto se transformou e se tornou isso que hoje está aí distribuído nas páginas que se seguem.

A transformação, em termos teóricos foi sutil, da racionalidade à teoria da ação, essencial para que fosse possível construir o que estava latente e que se tornou o embrião de uma noção particularmente encantadora, e que é o principal argumento do texto: a de que o ambiente (tido aqui enquanto um mundo particular que nasce do entrejogo entre o indivíduo que o vivencia e as relações por ele estabelecidas) não pode ser desconsiderado em qualquer análise que se pretenda social (social, nesse sentido, quer dizer as interações que os sujeitos realizam com outros, de modo dinâmico, ao longo de suas vidas). Com essas duas definições o leitor já pode ver que a tarefa não é de todo fácil, e por isso seguimos o conselho de Nietzsche tão remarcado por Bruno Latour [1947-]: adentramos a questão como alguém que entra num banho frio, e sai tão rápido quanto entrou.

À guisa de traçar a melhor rota para o estudo, não foi possível encontrar melhor forma para a estrutura do trabalho que esta que se segue: como primeiro momento do texto, para apresentar o debate entre natureza e cultura, descrevemos a partir da discussão weberiana nossa leitura da interpretação dos fatos científicos, precisamente, das ações investigadas. Em um sentido muito delimitado dentro da vasta literatura weberiana, o leitor encontrará nas páginas deste texto, as noções de ciência da qual compartilhamos e em mesma medida, uma breve revisão acerca de sua teoria da ação.

Desta forma, Max Weber [1864-1920] é figura fundamental neste texto por servir de orientação metodológica e principalmente por auxiliar no modo como organizamos as reflexões aqui realizadas. Para apresentarmos esta postura

epistemológica de Weber, estruturamos a apresentação de sua teoria em dois momentos principais; o primeiro, e não poderia ser de outra forma, nos apoiamos na concepção de ciência do autor em um diálogo com Wilhem Dilthey [1833-1911], autor de seu tempo e círculo social.

Num segundo momento do texto, estabelecemos uma discussão que apresenta nossa posição no debate entre indivíduo e sociedade, dentro de um movimento que inicia na discussão de Weber e que se delineia com traços mais apurados, quase um século depois, na teoria da estruturação de Anthony Giddens [1938 -]. Nesse último, apreendemos a noção de dualidade da ação, fluxo esse recursivo entre sociedade e indivíduo, através do qual emerge a reflexividade. Desde essa argumentação e a partir da noção de risco, apontamos uma possibilidade de considerar o ambiente neste movimento.

Com essa proposta, nos dedicamos a investigar como se estabeleceu então o processo de constituição do pequeno bosque. Talvez o leitor se pergunte por que optamos por pesquisar um bosque e não qualquer outro equipamento. A resposta não é fácil. Se servir de justificativa, numa passagem rápida por um bairro afastado de um município da região metropolitana, encantados com as belas residências que destoavam do restante da cidade, nos deparamos com uma área verde, de árvores aparentemente nativas, e que estava começando a ser cercada. Retornando no dia seguinte imaginamos como aquilo contribuía como adorno para a região.

Estávamos em tempo de construir um projeto de pesquisa que servisse de proposta para o ingresso no curso de mestrado em sociologia, na linha de ruralidades e meio ambiente, e ver aquela construção recém-iniciada do bosque, serviu como problema de pesquisa: ante uma noção de crise ecológica e ambiental (até o final do texto trataremos de distingui-las) que fluxo contínuo atravessa nossas reflexões e nosso cotidiano, afinal, quais são as questões que orientam a constituição de um bosque urbano? Serão elas estritamente ecológicas? Rascunhamos o projeto com esse problema (à época pensando em racionalidade ambiental), fizemos algumas leituras necessárias, submetemos ao exame do processo de seleção do mestrado e este é o produto final.

Em campo (ou, no bosque), orientado por essas questões, nossa pretensão era entrevistar as pessoas que moravam na região do bosque e a prefeitura do município. Durante o processo de entrevistas, paralelo ao processo de construção do arcabouço teórico, encontramos mais um elemento a ser considerado para a pesquisa; um grupo de moradores retirados da beirada de um rio, vítimas de alagamentos constantes estava

sendo realocado para aquelas mediações, na quadra vizinha ao bosque. Isto reorienta nossa pesquisa, como evidenciado nas páginas que se seguem.

Assim, no rastro dos processos que permitiram as análises, observamos a utilização do bosque, as pessoas que frequentavam e que usos faziam dele. O trabalho de campo teve duração de dois meses e fomos ao bosque estritamente com intuito de coletar dados para a pesquisa – entrevistas – durante dez dias. Conciliamos a visita com a realização de 8 entrevistas realizadas a partir de um roteiro semi estruturado com moradores da região que participaram da constituição do bosque (e aceitaram participar da pesquisa mediante assinatura de um termo de consentimento) e também com membros de dois departamentos da prefeitura daquele município, Departamento de parques, praças e bosques e Departamento de Planejamento Urbano. Não realizamos entrevistas com os moradores das casas populares – a partir de agora representado como Grupo 2 – já que eles não participaram da fase de construção do bosque.

Como veremos ao longo do texto, a implantação do conjunto habitacional foi paralela a transformação (construção) do bosque. Devemos ressaltar que intentávamos entrevistar o secretário de meio ambiente, que não aceitou participar alegando pouco conhecimento sobre a história do bosque, mas nos encaminhou para outros dois órgãos da prefeitura: Secretaria de Educação ambiental e Departamento de parques, praças e bosques. Na primeira também não obtivemos sucesso, mas no Departamento de parques, praças e bosques conseguimos obter nossa primeira entrevista com o coordenador chefe daquele departamento. No decorrer desta entrevista, fomos encaminhados para a Secretaria de Planejamento Urbano do município, onde foi possível obter com a diretora daquela secretaria¹, a segunda e última entrevista com atores da prefeitura.

Avançando nas motivações de constituição, entretanto, constatamos um delicado jogo social. Um jogo intermediado pela prefeitura – enquanto poder público –, esta comunidade do entorno do bosque (identificada no texto como Grupo 1) e uma comunidade oriunda de um conjunto habitacional (identificada no texto como Grupo 2). Então, se partíamos inicialmente da noção de relação sociedade/natureza desde a questão que nos levou a pesquisar o bosque, chegamos à constatação sociedade/sociedade/natureza.

¹ Nessa secretaria constatamos que possivelmente teríamos que entrevistar o Departamento de obras do município. Ao ser contatado, o diretor deste departamento se recusou a participar do processo de coleta de dados. Neste departamento poderíamos obter informações relativas à manutenção do bosque. No decorrer da pesquisa isso se mostrou dispensável.

Dessa forma, num período de dois meses realizamos dez visitas ao bosque, e quatro visitas à prefeitura do município. Na primeira visita à prefeitura, mais precisamente na sede da Secretaria de Meio ambiente, tínhamos a intenção de conversar com o secretário de meio ambiente. Havíamos efetuado uma ligação telefônica prévia para ter certeza de que ele estive presente na secretaria, e também que pudéssemos conversar sobre a constituição do bosque.

A secretária, durante esta primeira ligação, procurou extrair a motivação de nossa visita; ao saber que se tratava de uma pesquisa da área de sociologia, pediu que comparecesse à sede. Em poucos minutos estávamos lá, e recebemos a notícia de que o secretário teve de se ausentar, entretanto, que era para deixar o número de telefone para contato. No dia seguinte ainda pela manhã recebemos uma ligação daquela secretária agendando para o mesmo dia, na metade da tarde. Lá estávamos, com quinze minutos de antecedência e uma ansiedade considerável para a realização da primeira entrevista da pesquisa. A secretária nos recebeu e avisou que em breve seríamos atendidos.

Sentados na ante sala, olhávamos insistentemente para o relógio na parede. Aquela era uma sala central na secretaria de meio ambiente, por onde todos os que quisessem entrar na sede, para falar com qualquer pessoa de uma das salas dos extremos da sede, inevitavelmente teriam de passar. Da sala do secretário podiam se ouvir quatro vozes, e tentávamos em vão descobrir qual delas era a voz do secretário; isso também permitiria minimamente saber um pouco sobre seu estado emocional naquele momento. Enquanto nos distraíamos neste exercício, a secretária olhou para o relógio e logo depois lançou o olhar em nossa direção, dando entender que podíamos estar incomodados com aquele atraso de cinco minutos.

Ela levantou de sua mesa e sem receio interrompeu a acalorada reunião que se tratava da gerência de resíduos de construção civil no município, relacionando com a legislação, a necessidade de disponibilizar mais caçambas para os locais onde as obras eram realizadas e os inevitáveis desperdícios de pessoal, caçambas de armazenamento e combustível, com as construções realizadas nos limites do município, discutindo a qual município cabia a gestão nesses casos. As vozes cessaram quando ela informou que já estávamos ali. O secretário prontamente pediu que a reunião continuasse e saiu da sala.

Muito sorridente e solícito, confirmou do que se tratava a pesquisa, e disse que havia pensado em me encaminhar para o setor de educação ambiental do município, na figura da responsável pelo setor. O secretário então nos acompanhou até o setor de educação ambiental e nos apresentou a responsável – percebemos que já haviam

conversado entre si sobre nossa intenção de pesquisa. Ela me pediu que entrasse em sua sala, e após ouvir atentamente nossas motivações de pesquisa, nos encaminhou para o Departamento de parques, praças e bosques. Não foi possível encontrar o coordenador deste departamento, teríamos de retornar uma terceira vez. Dois dias depois, enfim, conseguimos agendar com o coordenador daquele departamento e realizar a entrevista com ele sobre a constituição do bosque. Este mesmo coordenador nos encaminhou para o setor de planejamento urbano do município para obtermos uma compreensão maior sobre esta constituição. Assim, o fizemos, contatamos o setor de planejamento urbano e falamos com sua gestora. Estas duas entrevistas dos departamentos da prefeitura fazem parte do relato que faremos mais adiante. Uma vez de posse das informações obtidas na prefeitura, retornamos ao bosque.

No bosque, tiramos algumas fotos e caminhamos pelo seu entorno. Entre todas as casas próximas ao bosque, intentávamos realizar o maior número de entrevistas possível. No entorno do bosque existem 32 residências; batemos na porta de todas as casas em que percebemos movimento de moradores. Fomos atendidos em cinco residências². Estabelecemos um roteiro orientador para as entrevistas e de posse dele e de um gravador, solicitamos consentimento de seis³ moradores para realizar entrevistas relativas às percepções concernentes ao bosque.

Durante as entrevistas tanto na prefeitura, quanto na comunidade do entorno do bosque, apreendemos aquela noção que representamos acima no binômio sociedade/sociedade/natureza. Isto porque a constituição do bosque em uma comunidade de alto padrão se revelou um meio alternativo para solução de um conflito social, entre aquela comunidade, e membros de outra comunidade, residentes do outro lado do bosque, em um conjunto habitacional em plena constituição, de 634 casas.

Bosque havia, mas seus usos não eram controlados: para a comunidade do entorno (Grupo 1), era como se fosse extensão de suas casas; para a comunidade do conjunto habitacional (Grupo 2), era um refúgio do controle urbano, um lugar desafiador para as crianças, ora na diversão entre as árvores, ora se banhando sem roupa num pequeno lago que se formava dentro de seus limites.

Quando mencionamos esses elementos, o lago e as árvores, é comum que os relacionemos diretamente com a natureza. Acontece que essa relação acaba por

² Do total de residências, fomos convidados a entrar em apenas 2, e destas, em apenas uma pudemos realizar a entrevista sentados. Todas as outras foram realizadas em pé na calçada, de frente para o bosque. Essa situação de entrevista não permitiu que a conversa fosse realizada com maiores detalhes.

³ Em uma das casas entrevistamos duas pessoas.

estabelecer uma distinção, ou seja, fora daí não estamos na natureza, estamos na cultura ou como nos dizem os manuais de gestão ambiental, estamos em um meio ambiente construído. Discordamos desta distinção. Porém, alertamos desde já: sendo esta a apreensão obtida desde as entrevistas, nos utilizamos dela para o desenvolvimento da análise. Então o leitor verá que na parte II do trabalho falamos do bosque como natureza. Fizemos uma opção arriscada, mas, como o texto não pretende entrar neste liame, nos resignamos em seus limites.

Fizemos outra opção de risco na forma como apresentamos o texto. Dividimos a estrutura deste trabalho em duas grandes partes: na parte I, após a apresentação do objeto e construção do problema, apresentamos uma discussão teórica que embasa nossa reflexão. Neste trecho apresentamos a teoria, do pensamento de Max Weber, ao pensamento de Anthony Giddens. Na parte II, optamos por descrever o estudo de campo para posteriormente, estabelecer um diálogo entre teoria e prática, localizando as principais motivações da constituição do bosque.

1.1. Descrição do objeto e problema de pesquisa

Já dissemos que o campo por nós investigado foi escolhido a partir de uma passagem ocasional por uma região de alto padrão de um pequeno município de região metropolitana. Nesta região, centralizado em meio a um conjunto de residências, está estabelecido um pequeno bosque urbano que, associado às residências, e ao ritmo de vida atípico para um município de região metropolitana, constitui uma interessante paisagem de aspecto bucólico. À época, em 2012, o bosque ainda estava em construção; onde antes só havia árvores e vegetação rasteira, eram agora erigidos bancos, um lago sob uma ponte, brinquedos para crianças, academia ao ar livre, trilha para caminhada, uma pequena casa com banheiros, e postes de luz eram agora estruturados; tudo isso sendo limitado por uma cerca de metal. Nitidamente, esta estrutura que estava sendo constituída, era muito mais recente que as residências do seu entorno, ainda que estas últimas nem de longe pudessem ser chamadas de antigas. Isso despertou nossa atenção.

O bosque que tem uma área total de pouco mais de 12.000 metros quadrados⁴ está localizado na região nordeste do município. Em termos hidrográficos ele está situado no divisor de águas daquela região, que tem a 600m a leste, seu principal rio.

⁴ De acordo com informações extraídas do site da prefeitura do município pesquisado.

Possui, portanto, um aclave para quem na pista de caminhada se dirige ao norte, e consequentemente um declive para quem se dirige ao sul. Se colocarmos o leitor dentro do bosque e olhando para o sul, teremos a seguinte disposição: tendo o bosque uma posição central naquele ambiente, ao leste temos casas de médio e alto padrão, ao sul, um condomínio de médio padrão assim como na região oeste. Na região norte, existe algumas árvores e já fora dos limites do bosque é possível ver alguns telhados do conjunto habitacional – que se estendem a norte e a leste do outro lado do divisor de águas.

Deste lado de fora do bosque, na região norte, portanto no lugar mais alto, constatamos – à distância de 10m do final do bosque (do outro lado da rua) – telhados de casas em construção. Avançando mais, entrando em meio a essas casas em fase de construção – algumas já habitadas – nos demos conta de que se tratava de casas com um mesmo padrão de construção. Algumas casas já pintadas da mesma cor e a presença de trabalhadores com o uniforme do município nos despertaram a apreensão de se tratar de casas populares. Não podíamos naquele momento precisar o número exato de casas, mas os telhados que se nos mostravam dali, e que se estendiam até a margem do rio, nos chamou a atenção pela segunda vez. Havia ali, um objeto além do objeto?

Observamos que aqui não existe julgamento de valores; havia uma comunidade de casas de alto padrão no entorno do bosque, e uma comunidade de casas populares que se perdiam do outro lado do bosque, reconfigurando a paisagem do morro. Em nosso cenário o bosque tem uma posição central. Sua parte mais alta ao norte é o divisor de águas, na parte mais baixa ao sul, percebe-se a única entrada com um portal imponente, o lago e a ponte. A leste e a oeste condomínios. O lado norte no topo do morro permite visualizar alguns telhados das casas populares. Alguns passos em direção ao norte, fora do bosque, nos deparamos com um mundo de casas populares.

Desde meados do século passado existe uma tensão mundial acerca das condições de possibilidade do planeta e de seus recursos naturais, onde o principal agravante destas possibilidades são as práticas culturais impostas por meio das ações humanas no planeta. Essa imanência do que chamaríamos de causa ambiental se revelou presente em nosso campo, como uma das motivações da constituição do bosque. Mas há algo subjacente que ganhou espaço em nossa análise na medida em que nos aproximávamos do objeto.

Nesse sentido, o que existe além do bosque é essencial. Deste lugar, foi possível apreender outras motivações que foram definitivas para a constituição do bosque

estudado. O que resultou, em termos de análise, num grande desafio para equacionar as racionalidades que permeavam o bosque. Isso porque tivemos de suspender a noção de constituição unilateral do bosque, e observar como a comunidade que reside nas casas populares (Grupo 2) participa nesta constituição. Dessa forma, deslocamos nosso objeto, ou seja, se antes o interesse era sobre a razão de constituição de um bosque urbano em uma comunidade de alto padrão, agora era sobre as relações socioambientais mobilizadas a partir do bosque, sob o prisma das múltiplas razões.

PARTE I

Apresentamos nesta parte, teórica, a epistemologia que orientou a análise do trabalho como um todo. Estabelecemos dois grandes eixos principais: 1) discussão da distinção natureza e cultura desde os autores do final do século XIX, como Max Weber e Wilhelm Dilthey. Nos concentramos na discussão metodológica da separação dos termos. Posteriormente, 2) dentro do debate entre sociedade e indivíduo, centramos o olhar primeiramente em Weber, e demonstramos como o autor compreende o conjunto da ação dos indivíduos. Em um segundo momento, demonstramos como Anthony Giddens entra neste debate e sistematiza os conceitos que compõe os passos de sua estruturação.

2. ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DA CIÊNCIA DE MAX WEBER E SUA RELAÇÃO ENTRE INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA E VALORES: análise da relação Natureza e Cultura

É de todo impossível estabelecer de forma unívoca se alguém vê o 'vermelho' de um determinado papel pintado 'tal' como eu o vejo, se essa cor tem o mesmo 'matriz emocional' para ele e para mim; a 'percepção' [Anschauung] em questão permanece necessariamente indefinida na sua comunicabilidade.
Max Weber, 1906.

Nesta fase inicial do trabalho, se faz pertinente apresentar a epistemologia dos autores do final do século XIX – sobretudo na Alemanha – que inseriram o debate cultural na ciência naturalista daquele período. Desta forma, gostaríamos de discorrer, ainda que muito brevemente, sobre as considerações de Max Weber relativas ao fazer científico e a relação com os valores, em diálogo com seu contemporâneo Wilhelm Dilthey. Ressalte-se que não é objetivo deste capítulo dar conta de toda obra destes dois autores. Realizamos uma abstração para demonstrar como estas noções nos auxiliam na reflexão de nossa própria forma de interpretação do mundo e da qual este trabalho é devedora.

É importante salientar que a metodologia a qual esses dois autores representam está localizada entre os debates naturalista de um lado, e histórico-cultural de outro (ciências naturais e ciências humanas), e que emergiam no cenário epistemológico no final do século XIX (WEBER, [1904] 1965). Max Weber nasceu em Erfut, Turíngia, Alemanha, em Abril de 1864, e faleceu em Viena, Austria, em Junho de 1920. Os principais, portanto não os únicos, nomes que aparecem nessa ‘disputa’ são os de Dilthey, Windelband [1848-1915] e Rickert [1863-1936], alguns contemporâneos com quem Weber dialoga em seus escritos.

Os debates mencionados referiam-se acerca do método com que se apreendia o objeto e, portanto, a realidade. Em consequência, essa disputa se converteu em uma discussão acerca da classificação das ciências e em decorrente separação entre as ciências humanas e naturais. Não entraremos aqui nas implicações deste debate a partir do seu círculo linguístico uma vez que foge aos intentos de nosso trabalho⁵; por hora basta-nos localizar Weber no movimento histórico com o propósito de reforçar a necessária abertura epistemológica da qual fez parte. Uma das principais noções que intentamos demonstrar aqui é a interpretação histórica – e também subjetiva – através

⁵ Nesse sentido ver Weber [1906] (1965), Gabriel Cohn (2003), Julien Freund (1980).

da qual deve ser compreendido um texto ou mesmo uma ação. Nesse sentido, Weber ensina que,

[...] o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza para esse efeito, porque nenhum conhecimento dos acontecimentos culturais poderá ser imaginado de outro modo que não seja com base na *significação* que para nós a realidade da vida, sempre estruturada de modo singular, possui em determinadas relações singulares (WEBER, 2003, p. 39. Grifo do autor).

Noção similar a esta apreendemos em Dilthey (2008), que concebe a história como um campo de realização das virtualidades da razão dos homens, ao se referir ao peso e as possibilidades criativas do tempo histórico, cujos limites ninguém nem filosofia alguma conseguem ultrapassar. Parece-nos que aqui, há uma importante conotação de ponto de referência ao qual se olha a história, pois o movimento parece reverso, ou seja, de um indivíduo que olha para o passado com a intenção de compreendê-lo, mas que se sabe intérprete, e, enquanto tal, o faz a partir de suas próprias vivências – para utilizarmos uma expressão cara ao autor.

Essas experiências podem ser modificadas através das apreensões subjetivas que interpretam o passado desde uma teia particular de múltiplas conexões da qual é constituída a vivência⁶ – nesse caso poderíamos falar de vivências. Mas isso não anula a objetividade da análise, do contrário, fornece a ela sempre uma nova perspectiva. Assim, “[...] tempo e lembrança desencadeiam o apreender a partir da dependência do dado e realizam uma escolha daquilo que é significativo para a apreensão” (DILTHEY, 2010, p. 84).

Em Dilthey (2010), que ao mover olhar para os métodos científicos localiza a interdependência entre os procedimentos investigativos das ciências naturais e das ciências humanas (do espírito), apreendemos que qualquer análise que se pretenda objetiva e recorra a um dos dois caminhos, realiza nada mais que uma abstração. Deste modo, ao investigar qualquer movimento produzido pela ação humana (e aqui nos referimos à vivência), Dilthey destaca não haver nessa abstração, nenhuma objetividade pura, nenhuma indeterminação.

⁶ Nos referimos à vivência porque para Dilthey toda ação humana, seja ela evento ou estrutura, resultam e são resultantes de vivências. Nas palavras do autor, as vivências “[...] encontram-se em uma conexão que se mantém permanente em todo o transcurso da vida e em meio a todas as transformações; ela abarca as nossas representações, as determinações valorativas e os fins, subsistindo como uma ligação entre esses elos [...]” (2010, p. 20).

Ao analisar o trabalho de Dilthey, Franco (2012) afirma que é preciso reconhecer as influências cruzadas entre as ciências humanas, ou ciências do espírito como Dilthey se referia, e as ciências naturais, existindo continuidades e descontinuidades entre as duas. E para fortalecer a posição de Dilthey, não convém nem separá-las demais, afinal ambas são ciências, e nem aproximá-las demais, já que seus objetos são diversos.

A maneira que Dilthey encontra para realizar essa tarefa é primeiramente fundamentar as ciências do espírito, delineando o seu objeto, para então libertá-las dos métodos das ciências naturais, que eram predominantes na sua época, validando os métodos qualitativos. Com a delimitação das ciências do espírito se torna possível tanto articulá-las com as ciências naturais, como também desmembrá-las em áreas de saber específicas: história, filosofia, psicologia, sociologia, política, artes e direito, para citar algumas dessas áreas do conhecimento que hoje estão alocadas nos departamentos de ciências humanas ou sociais.

A preocupação central nas obras de Dilthey (2008; 2010) são as ciências do espírito e a delimitação destas, que para o autor seriam todas as ciências que “descrevem, narram, julgam e formam conceitos e teorias em relação ao mesmo grande fato: a espécie humana” (DILTHEY, 2010, p. 20). A particularidade destas em relação às ciências naturais – a grande contraposição da sua época – são que as ciências do espírito não trabalham a partir da cisão entre o físico e o psíquico: o cientista do espírito estuda a conexão viva entre os dois.

Apesar de realizar abstrações e diferenciações entre o físico e o psíquico, quando necessário, as ciências do espírito acabam por estudar o ser humano em toda sua complexidade, como natureza, enquanto corpo biológico e impulsos; como consciência, em suas diversas manifestações, sejam elas pensamento, comunicação, etc; e também como cultura e história, olhando as diversas instituições criadas pelos seres humanos (Estado, igreja, escola).

As ciências do espírito se fomentam, e consolidam seu objeto, na medida em que estados humanos são vivenciados, em que estes estados ganham significado e expressão e essas expressões são compreendidas. É justamente nessa conexão entre vivência, expressão e compreensão que Dilthey (2010) localiza o método para as ciências do espírito.

Observe-se a importância do conceito de vivência na obra do autor. Dilthey (2010) defende que é no elemento vivencial que está contido todo o valor da vida: é ele

que traz significação, valor e finalidade para as ações. Amaral (2004) completa que a vivência é a própria vida reduzida nas suas proporções mais significativas, sendo então a zona limite do conhecimento e, também, o fundamento de todo conhecimento.

Esse movimento diltheyano é um afastamento das ciências da natureza, atente-se, e não um abandono da natureza enquanto objeto de estudo. Na proposta de filosofia de Husserl, tanto a natureza como o espírito podem ser igualmente estudados, nenhum sendo privilegiado metodologicamente ou substantivamente em relação ao outro. O que Husserl (2008) propõe é uma outra forma de compreender a natureza, mais próxima do entendimento dos gregos, em que não se analisa a natureza em si, mas sim a representação da natureza, enquanto uma validação subjetiva.

Aos olhos de Dilthey, a filosofia não pode se contentar em fornecer apenas uma especulação sobre o mundo, o seu objetivo enquanto ciência deve ser o de fornecer conhecimentos teóricos e a partir desses conhecimentos teóricos princípios práticos reguladores para a vida, tanto para os seres individuais como para a sociedade como um todo (AMARAL, 2004).

Conforme já argumentamos, Dilthey e também Weber rejeitam a ideia de um confronto das ciências através de uma separação metodológica, ciências naturais *versus* ciências humanas. Para eles, a função de um método é fazer avançar o conhecimento e o saber, longe de qualquer fidelidade idealista ou totalizante e que pretenda um processo definitivo. Isso por reconhecer que toda ciência é circunstancial, e pode utilizar qualquer caminho conforme a necessidade da pesquisa (WEBER, 2003; DILTHEY, 2008).

É válido lembrar que também Husserl (2009) – com quem Dilthey teve um longo e intenso diálogo sobre a epistemologia do início do século –, ao tratar dos problemas relativos ao fazer científico, critica a ciência concebida enquanto razão, e a ingenuidade relativa à pressuposição e reprodução daquilo que foi outrora estabelecido como um fato, sem se retomar os caminhos e procedimentos de sua construção. Para o autor, “[...] no fazer produtivo (da ciência) não se tem em vista o modo de produção, mas a obra, a ação [...]”⁷. Mais adiante no texto, Husserl argumenta sobre a ingenuidade científica “[...] que não leva em consideração a dimensão de questionamentos concernentes à razão, à subjetividade produtora, que devem ser questões relativas ao

⁷ Nesse sentido, Latour (2011, p. 105), ressalta que: “Uma vez construído o fato, não há mais instrumento para levar em conta, e é por isso que muitas vezes desaparece da ciência popular o esmerado trabalho necessário para sintonizar os instrumentos. Ao contrário, quando se acompanha a ciência em ação os instrumentos passam a ser elementos cruciais, situam-se imediatamente depois dos textos técnicos, e para eles o discordante é conduzido sem apelação”.

conhecimento, mas que não podem ter lugar em nenhuma das ciências positivas” (2009, p. 663).

Em relação ao que chamaríamos de autonomia perspectivista do intérprete, localizamos em Weber uma posição muito definitiva (se o termo não for ele mesmo um contrassenso):

O que vale para os matizes da luz, para os timbres, para as gradações olfativas, vale também, e justamente no mesmo sentido, para os ‘sentimentos valorativos’ religiosos, éticos, estéticos, pelo que, na sua asserção descritiva ‘cada qual vê o que leva no coração’. Portanto, a interpretação dos processos psíquicos – enquanto se tratar apenas desta circunstância – opera com conceitos que, em nenhum outro sentido e, em princípio, não são determináveis de forma absolutamente unívoca, como deve acontecer, em geral, em toda a ciência que não abstrai do qualitativo [...] (WEBER, [1906] 2010b, p. 7. Grifos do autor).

Nesta passagem se explicita a noção de valores de Weber que, aliada ao que o autor compreendia por racionalização ou intelectualização do mundo – que fatalmente conduzia para o que compreendeu por desencantamento do mundo – encaminhou suas reflexões sobre as ações racionais e em mesma medida, das inevitáveis ações irracionais. Arriscando uma interpretação, podemos desenvolver aqui esta noção do real que está atrelada à concepção mesma de valores da ciência, que em nossa leitura auxilia a refletir o processo de interpretação e explicação da ação social – mais tarde neste texto o leitor encontrará um resumido debate sobre o conceito de ação social weberiano. Neste sentido, sobre a interpretação da ação social, Weber reforça as inevitáveis diferenças existentes entre a apreensão precisa do que pode ser captado do real, em relação a quem o observa – isto também em relação à história, ou às diferentes disciplinas que estudam o mesmo objeto⁸. Para o autor,

A validade *objetiva* de todo saber empírico tem por fundamento nada menos que o seguinte fundamento: a realidade dada é ordenada segundo as categorias que são *subjetivas* neste senso específico que constituem a *pressuposição* do nosso saber e que estejam relacionadas com a pressuposição de valor da verdade, que somente o saber empírico pode nos fornecer. Nada podemos oferecer, com os meios de nossa ciência, àquele que crê que a verdade não tem valor – pois a crença no valor da verdade científica

⁸ “Os valores com os quais o sociólogo e o historiador relacionam a realidade são naturalmente variáveis. Weber chega mesmo a falar de nossos valores, no sentido em que, por exemplo, o sociólogo que estuda o puritanismo de uma determinada época está em condições de nos dar novos rudimentos sobre esta doutrina e sobre seu papel, confrontando os valores dos homens daquele tempo com os nossos” (FREUND, 1980, p. 43).

é um produto de certas civilizações e não é um fato da natureza⁹ (WEBER [1904] 1965, p. 158. Grifos do autor. Tradução nossa).

A esta relação dos valores subjetivos ou mesmo históricos aplicada à análise da ação ou relação social, Weber ([1904] 1965) observa que deve ser definido pelo observador os valores com os quais serão analisados determinada ação (para permanecermos nos termos weberianos). Isso quer dizer que ao intérprete é permitido analisar determinado evento histórico com os valores de sua época, do mesmo modo como lhe é permitido analisar com os valores do período escolhido. A exigência metodológica é que ao realizar tal análise, o observador distinga cuidadosamente a qual valores ele está se referindo, a fim de não prejudicar o rigor de seu trabalho científico.

É claro que poderíamos desenvolver melhor estas noções, talvez chegando até as discussões mais recentes realizadas dentro da sociologia da ciência, mas isso tomaria um espaço e uma direção não pretendida no texto como um todo. Assim, fazendo as contas gerais de nossa perspectiva analítica, vejamos agora como estabelecer a partir destas noções um quadro analítico interpretativo. Para seguir este caminho, optamos inicialmente por apresentar um ligeiro esforço textual nosso a partir da contribuição da história das ideias sobre os conceitos de interpretação e compreensão em Weber e Dilthey, distanciando-nos da explicação combatida por ambos.

2.1. Interpretação e compreensão na obra de Max Weber e Wilhelm Dilthey: uma contribuição da história das ideias

Este capítulo pretende demonstrar como autores alemães do final do século XIX concedem então maior valor à interpretação do cientista, de acordo com os valores de seu tempo, ao analisar a ação humana. Nosso principal interesse neste trecho do trabalho é demonstrar, em diálogo com Reinhart Koselleck [1923-2006], a noção interpretativa dos objetos científicos e da própria Ciência, como já apontamos no início do trabalho.

⁹ “La validité *objective* de tout savoir empirique a pour fondement et n'a d'autre fondement que le suivant: la réalité donnée est ordonnée selon des catégories qui sont *subjectives* en ce sens spécifique qu'elles constituent la *présupposition* de notre savoir et qu'elles sont liées à la présupposition de la *valeur* de la vérité que seul le savoir empirique peut nous fournir. Nous ne pouvons rien offrir, avec les moyens de notre science, à celui qui considère que cette vérité n'a pas de valeur, - car la croyance en la valeur de la vérité scientifique est un produit de certaines civilisations et n'est pas une donnée de la nature” (WEBER, 1965, p. 158).

Tentaremos demonstrar (ou seria melhor utilizar, ‘descrever’?) aqui que o nascimento da noção perspectivista (a expressão é de Koselleck) ou relativista da história, não foi somente um evento exclusivo da História¹⁰ enquanto área do conhecimento, mas que, de um modo geral, tomou corpo desde vários movimentos intelectuais do final do século XIX, e mais precisamente entre intelectuais alemães – Nosso intento aqui é menos demonstrar como isso foi possível no contexto alemão do que, como já foi dito, descrever a mudança de concepção do fazer científico através de seus aspectos metodológicos.

Com certeza, e é possível localizar isso através da obra de Koselleck (2006), a inclusão perspectivista ocorreu antes do marco da modernidade. No entanto, este capítulo propõe ilustrar o período onde fundamentalmente essa concepção é incorporada com maior expressão no cenário científico. É possível como já dissemos, exemplificar isso através de autores como Dilthey, para quem a história e principalmente a psicologia ainda mantinham até o final do século XIX fortes traços positivistas que utilizavam essencialmente o método das ciências naturais, para análise do comportamento e ação humana (DILTHEY, 2008; DILTHEY, 2010).

Isso pode ser demonstrado num diálogo destes dois historiadores – Reinhart Koselleck e Wilhelm Dilthey –, que discutem a função da História para compreender a ação dos indivíduos no mundo. Essa busca de compreensão pode ser percebida menos no primeiro que no segundo, mas que de qualquer forma se estabelece em Koselleck através da linguagem e semântica dos conceitos (um refinamento conceitual) e em Dilthey, por meio das ações dos indivíduos através do desvelamento das conexões adquiridas da vida psíquica. Isso pode ser demonstrado a partir dos conceitos articulados por Koselleck, verificar como a categoria histórica de espaço de experiência se relaciona com a noção interpretativista.

Como não podemos realizar tarefa de tamanha responsabilidade sem incorrerem em faltas com as teorias que pretendemos analisar, nossa atenção será voltada de modo específico para a categoria de espaço de experiência de Koselleck. Acreditamos que através dela se faz possível mobilizar outros conceitos presentes na obra *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, e também limitar o máximo nossos débitos para com os autores.

¹⁰ O termo aqui é utilizado no sentido proposto por Marcelo Jasmin na apresentação do livro de Koselleck (2006), para quem era frequente “[...] o uso do termo História [Geschichte] no singular para designar, de modo confluyente, tanto a sequência unificada dos eventos que constituem a marcha da humanidade, como o seu relato [...]” (JASMIN in KOSELLECK, 2006, p. 11).

Koselleck (2006) ao analisar a história, estabelece que tanto os acontecimentos que podem ser apreendidos pelos próprios contemporâneos (eventos), quanto às circunstâncias que não se organizam seguindo uma ordem de sucessão dos eventos passados (estrutura), forjam uma experiência determinada – e poderíamos abusar do jogo de palavras e dizer que são também determinantes. Portanto, “[...] os eventos são provocados ou sofridos por determinação dos sujeitos, mas as estruturas permanecem supra individuais e intersubjetivas” (2006, p. 136).

Evento e estrutura produzem uma experiência, que por sua vez, também gera expectativa que é ao mesmo tempo “[...] ligada à pessoa e ao interpessoal, [...] se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Assim, tanto os acontecimentos singulares, isolados posteriormente aos fatos e constituintes de uma estrutura, quanto a própria estrutura, são elementos orientadores do passado em relação ao futuro, ou seja, se asseveram enquanto experiência, e, em consequência, geram expectativas que orientam o futuro. Mas essa relação não é simétrica; nem passado e nem futuro podem ser controlados, numa relação causal entre experiência e expectativa, sobretudo, quando na modernidade, a noção de progresso se insere no ideário social.

[...] Na modernidade, a diferença entre experiência e expectativa não para de crescer, ou melhor, que a modernidade só pôde ser concebida como um novo tempo depois que as expectativas se distanciaram de todas as experiências anteriores. Esta diferença, como vimos, encontrou sua expressão na ‘história em si’ e sua qualidade específica de tempo moderno no conceito de ‘progresso’ (KOSELLECK, 2006, p. 322. Grifos do autor).

O autor ensina ainda, que uma determinada experiência pode ser compreendida pelo historiador de modo distinto dos indivíduos que realizaram ou participaram daquele evento. Em consequência, se o historiador se puser a analisar e interpretar determinado evento histórico, ele o fará a partir de seus próprios pressupostos, sob pontos fixos que buscou compreender. “[...] Dessa forma, o indivíduo histórico contemporâneo, ao participar da objetivação histórica do passado ou do futuro, torna-se capaz de objetivar ele mesmo a história” (KOSELLECK, 2006, p. 162-163). Para o autor experiência

[...] é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional

quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (KOSELLECK, 2006, p. 309 - 310).

Essa interpretação determinada possibilita uma constante ‘ressignificação ou modificação daquele espaço de experiência’ lançando para o futuro novas possibilidades interpretativas daquele evento que, dessa forma, não se cristalizou no passado.

[...] sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera: esta é apenas uma formulação subjetiva daquele resultado objetivo, de que o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do passado histórico [...] Mas [...] seja porque a experiência contém recordações errôneas, que podem ser corrigidas, seja porque novas experiências abriram perspectivas diferentes. Aprendemos com o tempo, reunimos novas experiências. Portanto, também as experiências já adquiridas podem modificar-se com o tempo (KOSELLECK, 2006, p. 312).

Vale registrar que Pocock (2003), ainda que esse tenha se voltado à análise dos contextos em que se manifestam os conceitos políticos, também delega ao intérprete a responsabilidade de compreensão de um momento particular da história.

O mundo do historiador é habitado por agentes responsáveis, mesmo quando eles são corruptos ou paranoicos, e o historiador toma distância deles como seus iguais, distinguindo a narração sobre as ações deles da *performance* dele próprio. Escrever história dessa maneira é ideologicamente liberal, e o historiador também pode admitir isso. Ele está pressupondo uma sociedade em que um indivíduo pode fazer uma enunciação, e outro pode enunciar uma réplica, efetuada de um ponto de vista que não é o mesmo do primeiro ator. Houve, e há, sociedades em que essa condição é satisfeita em vários graus, e essas são as sociedades nas quais o discurso tem uma história (POCOCK, 2003, p. 62. Grifo do autor).

Temos aqui uma perspectiva clara de que mesmo a mais precisa observação de qualquer evento histórico particular, depende completamente da análise do sujeito que observa – e interpreta – a história, seja ela um passado curto, ou um evento em que não se alcance a geração em que foi realizado. É assim que para Koselleck (2006) “A ciência histórica atual se encontra, portanto, sob duas exigências mutuamente excludentes: fazer afirmações verdadeiras e, apesar disso, admitir e considerar a relatividade delas” (KOSELLECK, 2006, p. 161).

O presente é analisador e revelador assim como o particular, como já vimos na exigência diltheyana de abstração do real¹¹. Isso se aplica em Dilthey (2008; 2010) tanto na exigência dos métodos de investigação, onde o cientista pode lançar mão de vários métodos para compor uma análise, e mesmo quanto o fragmento do real selecionado de antemão pelo mesmo cientista. Ao contemplar – se assim se puder dizer – um movimento qualquer no tempo, quem observa deve abstrair fragmentos se quiser obter uma compreensão do todo (sua compreensão do todo). É assim que para Dilthey

[...] nas ciências da natureza, o uniforme constitui a meta principal do conhecimento; no mundo histórico, pelo contrário, trata-se da particularização até chegar ao indivíduo. [...] na escala destas particularizações, não estamos a afastar-nos, mas a aproximar-nos. A história encontra a sua vida no aprofundamento progressivo do peculiar. Nele existe a relação viva entre o reino do uniforme e o mundo individual. Impera nela, não o singular por si, mas esta relação. É disso expressão o facto de a complexão espiritual de uma época inteira poder estar representada num indivíduo (2008, p. 126).

Em que medida essas noções se relacionam com a objetividade requerida no fazer, não só histórico, mas no científico de um modo geral? Percebemos através da leitura destes textos no que se refere a esta objetividade, que é possível obtê-la por meio de um método; e que ainda assim, esse método não se arroga preciso, sobretudo nas chamadas ciências humanas, ou do espírito, a qual se localiza a História enquanto disciplina. Em Koselleck (2006), percebemos que essa abertura epistêmica, vem sendo pontuada desde o século XVII na Alemanha.

Não podemos nos furtar aqui de registrar que isso implicou em efeitos para como concebemos a ciência contemporânea, de um modo geral. Koselleck (2006), ao estudar o movimento histórico, aplica o método de análise para o estudo do passado investigando a partir das reflexões teóricas, mais precisamente o estudo da linguagem, os contornos e as mutações que formaram a modernidade europeia pré-capitalista. Entretanto, jamais poderíamos nos aproximar, com a mesma profundidade analítica, das noções articuladas pelo autor.

De acordo com que expusemos nas linhas acima, realizaremos também nossa abstração. É tempo de olhar para o passado, nos aproximando da epistemologia de Koselleck, para um momento específico de produção teórica, que em nossa leitura,

¹¹ “Isso não exclui naturalmente o fato de as ciências humanas servirem-se da diferenciação entre o físico e o psíquico quando os seus fins o requerem. Elas apenas precisam permanecer conscientes de que, nesse caso, elas trabalham com abstrações, não com entidades, e de que essas abstrações só tem validade no interior dos limites do ponto de vista sob o qual são projetadas [...]” (DILTHEY, 2010, p. 20).

asseverou a interpretação e compreensão como método científico. Para isso, descreveremos sem pretensão exaustiva ou sistemática, como a interpretação aparece enquanto método nos autores alemães do final do século XIX. Recorreremos a Max Weber para demonstrar tal sentença, mais uma vez, em diálogo com Wilhelm Dilthey.

2.2. Presença da interpretação na metodologia científica em Weber e Dilthey

Nesta parte do trabalho, pretendemos demonstrar como Weber e Dilthey, autores de um mesmo contexto (espaço e tempo) intelectual, recorrem à interpretação, tanto na fase analítica quanto investigativa de um objeto de estudo particular (para escaparmos do termo ‘determinado’), quanto tributam ao observador e seus valores a compreensão desse mesmo objeto – procedimento distinto do método proposto pelas ciências naturais, por exemplo.

Como obra desses dois autores é muito ampla, nos concentraremos principalmente, ainda que de modo sumário, em suas concepções de ciência e também, de modo mais específico, como a noção de interpretação e compreensão toma corpo no final do século XIX e início do século XX, na Alemanha, e que, segundo nossa leitura, se assomou como um importante movimento para concepção de ciência hoje.

Nesta proposta, de uma análise multifacetada (termo nosso) do real, é que Dilthey, compreende a psicologia dentro das ciências do espírito e associa a psicologia explicativa (que utiliza o método das ciências naturais) à psicologia descritiva e analítica (que utilizam o método das ciências do espírito). Para ele,

O conceito de uma psicologia descritiva e analítica dimanou em nós da natureza das nossas vivências psíquicas, da necessidade de uma apreensão intacta e sem preconceitos da vida anímica, bem como da textura das ciências do espírito e da função da psicologia em seu seio. Portanto, as suas propriedades terão de derivar destes motivos, sobretudo da tarefa que lhe corresponde dentro da conexão das ciências do espírito e da ponderação dos meios necessários para o seu cumprimento. Duas coisas exige essa tarefa. Por um lado, importa expor a realidade integral da vida psíquica e, quanto possível analisá-la; por outro, esta descrição e esta análise terão de possuir o grau máximo de segurança que se puder conseguir (DILTHEY, 2008, p. 44).

Como já ressaltado, Dilthey reconhece a necessidade de associação entre os métodos das ciências naturais e do espírito (ciências humanas) como essenciais a análise

do objeto para se aproximar com o máximo rigor da sua compreensão¹². A referência a Dilthey é importante na medida em que Weber faz menção a ele em vários momentos e em que seus comentadores estabelecem uma aproximação entre esses dois autores. Para nosso propósito aqui, a menção vem ilustrar como esses dois autores se posicionavam no debate epistemológico¹³.

Retomando Weber, temos que avançar desde esta noção epistemológica, para como ele constrói sua metodologia, que como o próprio autor ressalta, não está dissociada da teoria e principalmente da formulação e desenvolvimento dos conceitos (WEBER, 2010).

Optamos para adentrar na teoria weberiana, depois de situar a perspectiva de ciência do autor, em desenvolver seu conceito de sociologia que ele define como uma “ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (WEBER, 1991, p. 3). Essa definição carece de alguns desdobramentos para que possamos compreendê-la tal qual como o autor intentou desde sua formulação¹⁴.

Nosso ponto de partida é a afirmação weberiana de que “compreender significa, [...], compreensão interpretativa” (WEBER, 2010, p. 18). Para o autor, essa forma de compreensão serve para evidenciar (expressão de Weber) casos concretos e históricos, análise sociológica de massa através da construção científica de um tipo ideal, como veremos na próxima seção deste texto. O autor aponta que a vivência empática pode ser articulada a essas formas de compreensão para compreender um fenômeno determinado. O autor ensina que “[...] por meio da submersão no particular e por meio da comparação desse particular com o outro, formas cada vez mais desenvolvidas, e, desse modo, a atividade da compreensão conduz a profundezas cada vez maiores do mundo do espírito” (2010, p. 195). Essa vivência, no entanto, não deve ser confundida com articulação puramente psicológica. Nas palavras de Gabriel Cohn,

¹² Compreensão aqui é expressão diltheyana que indica, tal qual para Weber, uma “consideração conclusiva” da observação proposta.

¹³ Uma aproximação mais aprofundada entre Dilthey e Weber, pode ser localizada em *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*, Gabriel Cohn, 2003.

¹⁴ Ao dizer isso, não queremos dizer que partilhamos da concepção de uma história dos conceitos que resgata o sentido exato através de um retorno ao círculo hermenêutico em que o autor estava inserido, ou então, de seu círculo linguístico. Partilhamos da concepção de que um texto deve ser compreendido tal qual o sentido que cada leitor em seu tempo acrescenta ao texto, assim como diz Habermas: “[...] entre as linguagens formalizadas estão, além disso, as regras de comunicação metalinguísticas, com o auxílio das quais nós podemos reconstruir enunciados dados, isto é, podemos produzi-los por nós mesmo uma vez mais. O pensamento analítico é com razão contraposto à elucidação hermenêutica” (2011, p. 142).

a compreensão ou interpretação, nada tem a ver com qualquer ‘revivência empática’ de ações alheias, sempre que seu objetivo seja conduzir a um conhecimento científico de fenômenos empíricos. Nesse particular, sua argumentação segue duas linhas principais. Primeiro, toda vivência (inclusive de si próprio) é vaga e confusa, sendo incapaz de ministrar critérios analíticos seguros para distinguir o significativo do irrelevante nos fenômenos. Para se chegar à compreensão é preciso romper os limites opacos da vivência, convertendo-a em objeto da análise. Segundo, a tentativa de captar o significado de um fenômeno mediante sua revivência acarreta o risco de confundir a vivência própria com a do sujeito da ação que se pretende conhecer. Enfim, o recurso à compreensão não envolve, de modo algum, qualquer modalidade de intuição e nada deve a qualquer tipo de psicologismo (COHN, 2003, p. 122. Grifos do autor).

Para além do equilíbrio entre compreensão e interpretação, é importante ressaltar, entretanto, que a interpretação para Weber não tem caráter de ser causalmente válida, permanecendo apenas como hipótese particularmente plausível. Isto porque “[...] não é possível avaliar sempre, mesmo que aproximadamente, a força relativa dos motivos e muito frequentemente não podemos sequer estar certos de nossas próprias interpretações” (2010, p. 18). A mesma noção localizamos em Dilthey, para quem compreender é um esforço intelectual “[...] que envolve um esforço extremo, mas que, contudo nunca pode ser realizado totalmente” (2010, p. 216). Dessa forma, acreditar no contrário implicaria no risco de cair no vazio, pois em princípio qualquer sentido pode ser atribuído a qualquer ação singular observada.

Sempre em relação com a interpretação, Weber ressalta que a compreensão pode ser de duas formas: primeiro, a compreensão empírica direta do significado. A compreensão direta pode ser obtida numa operação matemática simples, ou como apreendemos o significado de um acesso de raiva através de expressões faciais e exclamações. “Trata-se de compreensão direta empírica de reações emocionais irracionais e pertence à mesma categoria que a observação da ação de um cortador de madeira, ou alguém que estende a mão para uma maçaneta para fechar a porta” (WEBER, 2010, p. 17).

A segunda espécie de compreensão é conhecida como compreensão explicativa. Nesse sentido, podemos compreender as razões pelas quais uma operação matemática específica é realizada com um propósito também específico, ou ainda, se quem corta madeira, o faz por diversão ou mesmo por motivações econômicas. Entendemos um acesso de raiva se sabemos sua causa imediata for ciúmes ou orgulho ferido; portanto, relacionada a motivos irracionais. “[...] Tal compreensão pode ser aceita como uma explicação verdadeira do curso real da ação. Para uma ciência que trata do verdadeiro

significado da ação, a explicação requer uma apresentação da conexão de sentido dentro do qual ocorre o curso da ação real” (WEBER, 2010, p. 18). Gabriel Cohn nos alerta ainda que

na realidade, a compreensão envolve, antes de qualquer suposta “evidência imediata”, dois recursos analíticos fundamentais: o acesso a um conhecimento “nomológico”, referente a regularidades observáveis de conduta dos agentes, e a construção de tipos (COHN, 2003, p. 122. Grifos do autor).

As construções ideais-típicas expõem como a ação humana seria realizada numa situação determinada, caso estivesse sendo orientada pelo fim, ou seja, perseguindo o objetivo proposto para sua realização ou conclusão (WEBER, 1991). Esse caminho trilhado pelo indivíduo para atingir tal fim, é possível de ser analisado através de tal construção de uma maneira estritamente racional, sem se deixar perturbar pelas tradições, emoções ou afetos.

A sociologia compreensiva terá de aceitar, sem dúvida, o fato de que também para o homem, nas fases primitivas, o primeiro componente é absolutamente predominante, e não deverá se esquecer de que este, nas fases posteriores de sua evolução, continua a exercer influência constante (e influência decisiva). Toda ação tradicional [...] e boa parte do ‘carisma’ [...] enquanto germe de ‘contaminação psíquica e, por isso, portador de ‘estímulos de desenvolvimento’ sociológicos, estão muito próximas, com transições imperceptíveis, daqueles processos apenas biologicamente explicáveis, não suscetíveis de interpretação ou apenas meramente interpretáveis, quanto aos motivos. Mas tudo isso não dispensa a Sociologia Compreensiva da tarefa, com plena consciência de seus estreitos limites, fazer o que só ela pode fazer (WEBER, 1991, p. 11. Grifos do autor).

Talvez esse seja o ponto alto da sociologia weberiana enquanto método: considerar a imprevisibilidade das ações coletivas, dado a falta de controle da ação individual, reconhecendo ainda que, as ações se manifestam de modo arbitrário e imprevisível e que isso decorre de aspectos biológicos e psicológicos, expondo os limites da análise sociológica. Mas é claro que essa proposta metodológica de modo algum se pretende exata e inequívoca; Weber alerta para o caráter hipotético e fragmentário do real. Neste sentido, vale registrarmos uma passagem de *Ensaio Sobre a Teoria das Ciências Sociais*:

[...] o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza para esse efeito, porque nenhum conhecimento dos acontecimentos culturais poderá ser imaginado de outro modo que não seja

com base na *significação* que para nós a realidade da vida, sempre estruturada de modo singular, possui em determinadas relações singulares (WEBER, 2003, p. 39. Grifo do autor).

Retornando a proposição que fundamenta essa discussão sobre compreensão, Weber afirma ao desenvolver o conceito que “compreensão significa em todos esses casos apreensão interpretativa do sentido ou da conexão do sentido” (WEBER, 1991, p. 6). Nessa passagem parece não haver confusão entre os conceitos investigados, pois, está contida nela a noção de processo: para obter uma evidência (compreensão), correta ou não, de uma ação determinada, é necessária a apreensão daquela ação de modo fenomenológico, ou seja, que o fenômeno só existe quando é apreendido no intermédio entre o ato e seu observador; e, uma vez apreendido esse ato, ele pode ser interpretado de diversas formas enquanto é analisado. A interpretação nos surge então enquanto momento analítico, enquanto a compreensão é o produto desta análise. Mas Weber nem sempre as coloca nessa ordem processual; Lembremos pois, como o autor inicia seu capítulo *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva*, em *Metodologia das Ciências Sociais*:

Bem semelhante a todos os fenômenos, o comportamento humano (“exterior” ou “interior”) revela, no seu decurso, conexões e regularidades. Entretanto, algo há que é próprio somente do comportamento humano, pelo menos no seu sentido pleno: o decurso das conexões e das regularidades pode ser interpretado pela compreensão. Uma compreensão do comportamento humano que tenha sido obtida pela interpretação acarreta uma “evidência” qualitativamente específica que é em grau e dimensão, *sui generis* (WEBER, 1995, p. 313-314. Grifos do autor).

Infelizmente, ou felizmente pra nós, essa passagem nos revela uma complicada trama “compreensiva.” Que a compreensão obtida pela interpretação acarreta em evidência, justifica a distinção que estamos problematizando aqui; já, que o decurso das conexões e regularidades pode ser interpretado pela compreensão não nos deixa saída senão recorrer a outras passagens para que possamos identificar pistas distintivas entre esses dois conceitos – muito embora pudéssemos objetar que Weber, ao utilizar o termo compreensão neste caso, o esteja concebendo enquanto grande área, como a hermenêutica, por exemplo; além do fato de não termos acesso à obra no idioma original para confrontar com a tradução.

Prosseguindo nossa análise, sobre a compreensão e a interpretação para Weber, recorreremos a uma passagem de *Economia e Sociedade* (primeiro volume). A fim de

facilitar nossa análise e discussão, optamos por fragmentar o trecho em três partes. A respeito da interpretação, Weber (1991, p. 7) ensina que

[...] toda interpretação pretende alcançar evidência. Mas nenhuma interpretação, por mais evidente que seja quanto ao sentido, pode pretender, como tal e em virtude desse caráter de evidência, ser também a interpretação causal válida. Em si, nada mais é do que uma hipótese causal de evidência particular. a) Em muitos casos, supostos ‘motivos’ e ‘repressões’ (isto é, desde logo, motivos não reconhecidos) ocultam ao próprio agente o nexos real da orientação de sua ação, de modo que também seus próprios testemunhos subjetivamente sinceros têm valor apenas relativo. Neste caso, cabe à Sociologia a tarefa de averiguar essa conexão e fixa-la pela interpretação, ainda que não tenha sido elevada à consciência, ou, o que se aplica à maioria dos casos, não o tenha sido plenamente, como conexão ‘visada’ concretamente: um caso limite da interpretação de sentido [...] (Continua).

Ao sentenciar que toda interpretação quer alcançar uma evidência determinada, percebemos novamente a noção de processo, ou seja, que existe algo a ser alcançado para além da interpretação. Ao localizar essas inconstâncias, identificamos possíveis confusões – possíveis porque não consultamos o original, nem tampouco rastreamos os conceitos em toda extensão da obra – que por certo o autor não pretendeu¹⁵. Assim sendo, constatamos que a interpretação é algo que está localizado entre a observação da ação de um agente humano específico ou de vários agentes, e a compreensão especificamente obtida da ação.

Com compreensão especificamente obtida da ação não queremos dizer outra coisa senão que se chegou a uma evidência qualquer, a partir dos instrumentos investigativos propostos pelo próprio autor, considerando também as imperfeições do conjunto da análise, uma vez que a evidência não pode pretender ser advinda de uma interpretação causal válida, porque depende exclusivamente da interpretação do observador. A isso, gostaríamos de lembrar as palavras de Karl Jaspers, que afirma empregar o termo compreender “para indicar a intuição do psíquico adquirida por dentro. O conhecimento de conexões causais objetivas, que sempre são vistas de fora, nunca chamaremos de compreensão, mas sempre de explicação” (JASPERS, 1997, p. 42).

Justamente por ser uma intuição adquirida por dentro, ou seja, pela consciência do observador (portanto passível de perturbação por valores já que é um dos diversos

¹⁵ Por exemplo, ao desenvolver os fundamentos metodológicos de sua teoria, Weber afirma que “toda interpretação, como a ciência em geral, luta pela clareza e provas verificáveis. Uma tal prova de compreensão será ou de caráter racional, isto é, lógico ou matemático, ou de um caráter emocionalmente empático, artisticamente apreciável” (WEBER, 2010, p. 12).

meios que o real nos apresenta, mas nem sempre se revela), é que a interpretação tem valor apenas relativo; lembramos que de modo algum isso faz com que a sociologia compreensiva perca sua validade, e sim, que Weber é consciente de seus limites.

[...] b) manifestações externas da ação que consideramos ‘iguais’ ou ‘parecidas’ podem basear-se em conexões de sentido bem diversas para o respectivo agente ou agentes; e, ‘compreendemos’ também ações extremamente divergentes, ou até opostas quanto ao sentido, em face de situações que consideramos ‘idênticas’ entre si [...] (Continua).

Nesse ponto podemos voltar à proposição de Jaspers (1997), pois há sempre diferentes graus de imprecisão entre aquilo que apreendemos ou podemos interpretar da ação. Justamente pelas conexões internas entre o observador e a ação observada. O recurso da entropatia ou mesmo da construção de tipos não garante evidência concreta; ela revela uma compreensão aproximada daquilo que realmente significa enquanto motivação. Para ele motivo é “uma conexão de sentido que, para o próprio agente ou para o observador, constitui a razão de um comportamento quanto ao seu sentido” (1991, p. 8). Em outras palavras, o motivo serve para o observador como que a raiz da ação, e desta forma é indispensável para sua compreensão.

[...] c) diante das situações dadas, os agentes humanos ativos estão frequentemente expostos a impulsos contrários que se antagonizam, todos eles ‘compreensíveis’ para nós. Mas, seja qual for a intensidade relativa com que costumam se manifestar as diversas referências ao sentido envolvidas na ‘luta dos motivos’ igualmente compreensíveis para nós, é algo que, em regra e segundo toda a experiência, não se pode avaliar seguramente e, em grande número de casos, nem aproximadamente. Somente o resultado efetivo da luta dos motivos nos esclarece a esse respeito. Como em toda hipótese, é imprescindível, portanto, o controle da interpretação compreensiva do sentido, pelo resultado no curso efetivo da ação (WEBER, 1991, p. 7. Grifos do autor).

Weber sustenta, no entanto, que tal controle só pode ser relativamente alcançado, pois só há a possibilidade de comparar os motivos e impulsos da ação examinada, com relação ao seu sentido, ou significação. Para ele isso constitui um papel importante da sociologia comparada. Muitas vezes, entretanto “[...] só resta o meio inseguro da ‘experiência ideal’, quer dizer, a eliminação imaginada de certos componentes da cadeia de motivos e a construção do desenvolvimento então provável da ação, para alcançar uma imputação causal¹⁶” (1991, p. 7. Grifos do autor).

¹⁶ Existe uma relação estreita em Weber entre *causalidade* e *possibilidade objetiva*, que não desenvolveremos aqui, por fugir ao nosso propósito.

Tal causalidade para Weber significa na verificação a determinado evento observado, a decorrência de outro evento determinado. É claro que para o autor isso não tem relação precisa, já que ela é de ordem probabilística. Não só porque é impossível apreender perfeitamente o curso da ação, “[...] mas também em virtude da multiplicidade dos antecedentes, dos quais não nos podemos dar conta, de sorte que somos obrigados a construir um curso imaginário das coisas para definir os que parecem mais importantes [...]” (FREUND, 1980, p. 58).

Julgamos essas análises suficientes para demonstrarmos como, apesar das possíveis diferenças em Weber entre compreensão e interpretação – que não aprofundamos por não contribuir com nossa análise aqui –, esses dois conceitos estão presentes na metodologia do espaço de experiência dos dois autores analisados – Max Weber e Wilhelm Dilthey, na Alemanha do final do século XIX.

Nestas poucas linhas tentamos relacionar o que Koselleck entende por espaço de experiência e, a partir disso descrever a importância da interpretação do observador para o cenário científico do final do século XIX na Alemanha. Não seguimos os passos metodológicos de Koselleck, embora deles tenhamos nos aproximado nas análises que articulamos aqui. Podemos sugerir, entretanto, a partir da análise realizada, que a interpretação do observador no estudo de tempos passados, proposta por Koselleck é resultado do empreendimento teórico dos autores do final do século XIX.

De modo similar, verificamos neste trabalho que o espaço em que se realiza uma determinada experiência, é passível de compreensão mesmo para quem não vivenciou tal experiência. Isso porque mesmo que um evento qualquer tenha sido realizado num tempo em que a vivência do observador não alcança, ela pode ser metodologicamente alcançada por ele a partir de uma abstração, onde os resultados objetivos serão alcançados, de acordo com sua visão de mundo.

No que diz respeito a Dilthey e Weber, percebemos que esses autores concebem ao intérprete a obtenção da evidência, assim como posteriormente Koselleck o faz – também Pocock (2003), a despeito de utilizar outro modelo analítico. Em um estudo posterior, poder-se-ia articular outros autores para uma análise de maior profundidade. Talvez verificar ainda na Alemanha, a influência e as transformações das proposições da metodologia e do conceito de interpretação em busca de evidência, para autores como Wilhelm Dilthey e Max Weber.

3. O SISTEMA TEÓRICO DE AÇÃO: do indivíduo de Weber ao agente de Giddens

Neste trecho do trabalho vamos expor com brevidade, as reflexões de Weber sobre a ação social, dentro de um esquema particular construído por ele, onde se estabelecem para o autor os tipos ideais de ação. Nesta fase tencionamos demonstrar como desde Weber podemos perceber pistas da não polarização entre indivíduo e sociedade a partir de seu conceito de ação social. Este conceito está assim definido pelo autor:

A ação social (incluindo tanto a omissão como aquiescência) pode ser orientada para as ações passadas, presentes ou futura de outros. Assim, pode ser causada por sentimentos de vingança de males do passado, defesa contra perigos do presente ou contra ataques futuros. Os ‘outros’ podem ser indivíduos conhecidos ou desconhecidos, ou podem constituir uma quantidade indefinida. Por exemplo, ‘dinheiro’ é um meio de troca que o indivíduo aceita em pagamento, porque sua ação se orienta na expectativa de que numerosos, mas desconhecidos e indeterminados ‘outros’ o aceitarão por sua vez, em algum tempo no futuro, como um meio de troca (WEBER, 2010, p. 37. Grifos do autor).

Dissemos acima que desde Weber pode-se apreender um movimento recursivo entre indivíduo e sociedade. Explicamos: uma vez que, se se entender que a ação nutre em si passado e futuro e a aquiescência ou recusa de outros, numa elaboração consciente ou mesmo inconsciente do indivíduo, podemos então sugerir que este indivíduo está agindo de modo reflexivo e mais, que esta ação enseja em si reflexividade – como veremos mais adiante no texto.

A mesma apreensão se pode obter ante a conceituação weberiana de relação social, onde o termo “[...] será usado para designar a situação em que duas ou mais pessoas estão empenhadas numa conduta onde cada qual leva em conta o comportamento da outra de uma maneira significativa, estando, portanto, orientada nesses termos” (WEBER, 2002, p. 45). Estas considerações são importantes na medida em que despontam desde Weber a não polarização entre indivíduo e sociedade perseguida por Anthony Giddens, como será demonstrado na próxima seção deste trabalho.

Voltando a sistematização weberiana, em seus estudos orientados principalmente na área econômica, jurídica e religiosa, a maior parte deles sob o olhar sociológico, o

autor estabeleceu tipos de ação racional: ação racional com relação a fins; ação racional com relação a valores; ação racional com relação estritamente afetivo e ação tradicional.

Para Weber, age de maneira racional referente a fins “[...] quem orienta sua ação pelos fins, meios e consequências secundárias, ponderando racionalmente tanto os meios em relação às consequências secundárias, assim como os diferentes fins possíveis entre si [...]” (1991, p. 16). Já a ação racional com relação a valores, em contraposição a ação com relação a fins carrega em si sempre um caráter não racional. Todos os casos de ação com referência a valores é uma ação segundo exigências ou mandamentos em que o indivíduo acredita que foram dirigidos a ele (WEBER, 1991). O autor ensina que age de modo

[...] puramente racional referente a valores quem, sem considerar as consequências previsíveis, age a serviço de sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever, a dignidade, a beleza, as diretivas religiosas, a piedade ou a importância de uma ‘causa’ de qualquer natureza (WEBER, 1991, p. 15).

O comportamento estritamente tradicional está presente na maioria das nossas ações cotidianas, e em linhas gerais é o que pode ser chamado de ação orientada pelo sentido, por ser uma ação que decorre no sentido da atitude enraizada. “[...] A grande maioria das ações cotidianas habituais aproxima-se desse tipo, que se inclui na sistemática não apenas como caso-limite mas também porque a vinculação ao habitual pode ser mantida conscientemente em diversos graus e sentido” (1991, p. 15).

Por fim, o comportamento estritamente afetivo, “[...] pode ser uma reação desenfreada a um estímulo não-cotidiano. Trata-se de sublimação, quando a ação afetivamente condicionada aparece como descarga consciente do estado emocional” (1991, p. 15). Uma ação é considerada afetiva quando se manifesta de modo a satisfazer um desejo qualquer (vingança ou gozo), tanto de modo contemplativo como numa descarga brutal de emoções.

Entretanto, devemos ressaltar a observação que Weber faz em relação aos tipos. Segundo o autor,

só muito raramente a ação, e particularmente a ação social, orienta-se exclusivamente de uma ou de outra destas maneiras. E, naturalmente, esses modos de orientação de modo algum representam uma classificação completa de todos os tipos de orientação possíveis, senão tipos conceitualmente puros, criados por fins sociológicos, dos quais a ação real se aproxima mais ou menos ou dos quais – ainda mais frequentemente – ela se compõe. Somente

os resultados podem provar sua utilidade para nossos fins (WEBER, 1991, p. 16).

Importante perceber que Weber não determina que esses sejam os únicos tipos de ação social, nem que uma ação seja manifesta por um único tipo puro, nem tampouco restringe a construção de outros modelos para que se adequem aos propósitos de cada pesquisa ou pesquisador. Ao estabelecer isso, o autor abre possibilidades para que se possa utilizar adequadamente sua metodologia.

A construção dos tipos servem de recurso para interpretação das ações dos agentes humanos, uma vez que possuem um “elevado valor heurístico para a investigação, e um enorme valor sistemático para o enunciado, se apenas forem utilizadas como meios conceituais para comparar e medir relativamente a eles a realidade. Com esta função, tornam-se quase indispensáveis” (WEBER, 2003, p. 58).

Weber entende que para atingir essa interpretação compreensiva válida, o modo mais eficaz é através da ação racional com relação a fins. Uma racionalidade define-se como o “[...] comportamento que se orienta, exclusivamente, por meios tidos por adequados (subjetivamente) para obter fins determinados, tidos por indiscutíveis (subjetivamente) [...]”. No entanto, ressalta Weber, “[...] de maneira alguma é compreensível para nós apenas a ação racional com relação a fins: entendemos também o decurso típico dos afetos e as suas consequências típicas” (1995, p. 314). Mais adiante em sua discussão, o autor enfatiza que o racional com relação a fins, lhe serve como tipo ideal para poder avaliar o alcance do não racional com relação a fins.

Os tipos ideais são apresentados por Weber como conceitos definidos a partir de critérios pessoais, isto é, trata-se de conceituações do que ele entende pelo termo empregado, de forma a que o leitor perceba claramente do que se trata o tema.

Obtém-se um tipo ideal mediante acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo do pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia (WEBER, 2003, p. 50).

Importante ressaltar que os tipos são formulados, inicialmente, através de uma exageração consciente das características essenciais da ação que interessa ao pesquisador e, posteriormente, da orientação sintética dessas características em um

conceito unificado e desenvolvido com muito rigor, documentando as regularidades das ações significativas de modo preciso. Conforme ensina Kalberg (2010) os tipos só poderão ser construídos a partir do contato empírico, com intuito de formar um constructo homogêneo e preciso, para por fim atingir uma explicação compreensiva válida – lembramos que também Dilthey utiliza o recurso do *tipo* para interpretação da ação.

Devemos ter sempre atenção de que os tipos construídos para estudar uma determinada realidade empírica, não podem ser confundidos com a noção de modelo; Weber enfatiza que “[...] trata-se da construção de relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa *imaginação* e, em consequência, ‘objetivamente possíveis’ e que parecem *adequadas* ao nosso saber nomológico” (2003, p. 51. Grifos do autor).

Há ainda um outro conceito diretamente implicado na compreensão do sentido da ação, a motivação da ação. Para Weber a motivação [...] refere-se a uma conexão de sentido que parece ser, para o indivíduo envolvido ou para o observador o fundamento de sua conduta (2002, p. 21). Para ele a interpretação correta da ação somente pode ser percebida se os motivos foram adequadamente estabelecidos; dessa forma,

se nenhum sentido se liga a uma tal ação típica, então, independentemente do grau de uniformidade ou de precisão estatística da probabilidade, ela ainda permanece uma probabilidade estatística incompreensível, embora lide com um processo manifesto ou subjetivo (WEBER, 2002, p. 22).

Esta breve revisão acerca da ação em Weber, sobretudo, como utilizá-las na busca de sentido através da motivação, ilustra como proceder mediante este recurso para interpretar uma determinada ação em busca de uma evidência válida, para que se possa a partir dela extrair uma compreensão que seja mais próxima possível do contexto observado.

Feita essa apresentação muito sumária das relações de natureza e cultura dos autores do final do século XIX, e a partir disso, como está colocada em nossa leitura a teoria weberiana da ação, passemos agora para os apontamentos de Anthony Giddens no qual nos baseamos nas categorias analítico-metodológicas; em Giddens, nos concentramos principalmente na obra *A constituição da sociedade* (2009), e nos restringiremos aos conceitos de sua teoria da estruturação. Entretanto, visitamos outras obras para uma melhor descrição dos conceitos mobilizados pelo autor.

Risco e reflexividade da ação desde Anthony Giddens

Anthony Giddens é um renomado sociólogo britânico que trabalha com questões relativas a modernidade tardia, num contraponto a noção de pós modernidade, e propõe uma teoria em que agência (ação) e estrutura (todo social) não podem ser compreendidos separadamente, chamada a teoria da estruturação. Giddens também dedicou assumidamente seus esforços a sistematizar a teoria social, desde uma discussão refinada dos clássicos da sociologia até uma revisão de seus contemporâneos – se bem que sua análise de modo geral, ficou centrada mais fortemente ao círculo Europa-Estados Unidos.

Devemos lembrar que Giddens é um autor que sinaliza que a ação, além de ser recursiva entre indivíduo e sociedade como já mencionado, é sempre envolvida de reflexividade. É claro, aqui estamos falando de indivíduos delimitados na modernidade, ou mais precisamente, num período que se entende depois do final da segunda grande guerra mundial, ao que o autor chama de alta modernidade (GIDDENS, 2002; 2009).

Não seria prudente enveredar para discussão do glossário completo de Anthony Giddens – assim como de Weber; isso porque nem a tarefa seria realizada com o crédito que merece, mas, sobretudo, porque o alcance das análises desses dois autores, excedem em muito nossa discussão aqui. Talvez o leitor sinta falta da discussão de conceitos caros e em certa medida indispensáveis para as reflexões pautadas pela obra de Giddens. Mas gostaríamos de assinalar aqui apoiados nas discussões do autor, alguns conceitos que servirão para a reflexão de nosso objeto. Dessa forma, assumimos o risco da instrumentalização dos conceitos.

Já dissemos que as reflexões que o autor mobiliza são a partir da segunda modernidade, a modernidade pós-industrial, em seus termos, a alta modernidade. Esta, nas palavras do autor, é caracterizada pela sociedade pós-industrial, ocidental, adequada ao modo de produção capitalista onde os modos e os estilos de vida estão radicalizados. Giddens (1990) estabelece três categorias principais de caracterização dessa modernidade radicalizada: o distanciamento tempo-espço, os mecanismos de desencaixe e a reflexividade.

O primeiro diz respeito à ruptura da conexão entre tempo e espaço na realização de transações comerciais e comunicacionais num mundo globalizado. Aí então, utilizamos como mediação um mecanismo de desencaixe (uma ficha simbólica) como o dinheiro ou mesmo um outro tipo que o autor chama sistema de peritos, que possuem

competência profissional para organizar nossas vidas. Nisso, segundo o autor, está implicada a noção de confiança.

A confiança por sua vez implica as noções de risco e perigo, ou seja, os processos de manutenção da vida envolvem sempre algum tipo de perigo, sempre estão sujeitos ou ao fracasso ou a introduzirem em nossas vidas algo que não desejamos. O equilíbrio entre confiar e aceitar o risco segundo o autor, fere uma segurança situacional, que pode se transformar em segurança ontológica caso estejamos certo da permanência da nossa auto-identidade e na continuidade de nosso mundo frente a uma situação dada.

A terceira característica da modernidade vem do equilíbrio entre a segurança e o risco aceitável, que prevê uma experiência anterior do indivíduo no mundo, e que o leva a organizar suas ações frente as diversas situações. Esse projetar da ação no mundo de acordo com a experiência subjetiva o autor chama de reflexividade, que nada mais é que um exame, uma prática social reformada a luz da informação.

Em Giddens, a ação ganha novos contornos ante a noção que apreendemos em Weber; como já dissemos o primeiro sistematiza a teoria social na noção de estruturação, onde a ação deve ser analisada a partir da dualidade da estrutura. Para ele, a ação é um processo, “um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia” (2009, p. 11). Para o autor podemos definir monitoramento reflexivo como

[...] uma característica crônica da ação cotidiana e envolve a conduta não apenas do indivíduo mas também de outros. Quer dizer, os atores não só controlam e regulam continuamente e regulam continuamente o fluxo de suas atividades e esperam que outros façam o mesmo por sua própria conta, mas também monitoram rotineiramente aspectos, sociais e físicos, dos contextos em que se movem (2009, p. 6).

O autor vai além deste conceito quando desenvolve o conceito de agência; para ele agência se refere à capacidade do indivíduo de realizar uma determinada ação, que por sua vez está diretamente relacionada com a noção de poder, já que sob a noção de agência o ator poderia a qualquer momento mudar o curso de sua ação. Vale ainda enfatizar que a ação “depende da capacidade do indivíduo de ‘criar uma diferença’ em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser

se perde a capacidade para ‘criar uma diferença’, isto é, para exercer alguma espécie de poder” (2009, p. 17. Grifos do autor).

Já a motivação em Giddens, diferentemente do modo como é apreendida por Weber, diz respeito a um estado de sentimentos com relação a formas inconscientes, através dos quais a segurança ontológica é forjada.

A motivação deve então ser analisada em termos das características do sistema básico de segurança, tal como descrito anteriormente. Mais especificamente, os motivos estão envolvidos com as emoções ligadas às primeiras relações de confiança. Estas podem ser entendidas em termos da formação de laços sociais – laços emotivamente carregados de dependência em relação a outras pessoas, a começar por aqueles desenvolvidos com os adultos responsáveis (GIDDENS, 2002, p. 64-65).

Ou seja, ela refere-se muito mais ao disparador da ação do que o modo como a relação é executada pelos indivíduos. “[...] os motivos tendem a ter uma influência direta na ação apenas em circunstâncias relativamente incomuns, situações que, de algum modo, quebram a rotina [...]” (GIDDENS, 2009, p. 7). Distintamente, a intenção diz respeito a um ato que o indivíduo planeja e a partir disso, acredita, que será realizada conforme seu desejo. Mais adiante, quando falarmos de motivação da construção do bosque, de modo algum pensamos que houve intenção, ou ao menos, não analisamos a constituição do bosque por esse prisma, e sim, de suas motivações sociais, em relação a seus sentimentos de segurança.

Posto isso, a fim de delimitar as noções que gostaríamos de mobilizar aqui, prontamente apontaríamos para a discussão de risco mobilizada por Giddens e posteriormente encampada por outros autores de sua rede teórica, como Ulrich Beck, por exemplo. Para Giddens, a sociedade moderna está constantemente rodeada pela noção do risco – acrescentaríamos que na noção de risco ambiental num sentido amplo (GIDDENS, 1990). Assim que, “a dúvida, característica generalizada da razão crítica moderna, permeia a vida cotidiana assim como a consciência filosófica, e constitui uma dimensão existencial geral do mundo social contemporâneo” (GIDDENS, 2002, p. 10).

Para o autor a modernidade é uma cultura do risco, e nesse sentido, é fundamental para o desenvolvimento de nossas ações a noção de confiança. Sem esta, não sairíamos em casa, ou nosso cotidiano seria um completo caos. “A confiança nesse sentido é fundamental para um ‘casulo protetor’ que monta guarda em torno do eu em suas relações com a realidade cotidiana” (2002, p. 11. Grifo do autor). A confiança – aliada a outros conceitos do quadro analítico do autor – transforma-se em segurança

ontológica na medida em que se consolida para o indivíduo. Nas palavras do autor, a segurança ontológica é “a confiança em que os mundos natural e social são como parecem ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos do *self* e da identidade social” (2009, p. 444). Em outras palavras, a segurança ontológica é que permite que passemos o dia em casa ou no trabalho sem temer que o teto nos caia à cabeça.

Nas condições de modernidade, o futuro é continuamente trazido para o presente por meio da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento. É como se um território fosse escavado e colonizado. Mas essa colonização, por sua própria natureza, não pode se completar: pensar em termos de risco é vital para aferir até que ponto os resultados reais poderão vir a divergir das previsões de projeto. A aferição do risco requer a precisão e mesmo a quantificação, mas por sua própria natureza é imperfeita (GIDDENS, 2002, p. 11).

Neste trecho Giddens descreve como que uma síntese do que vínhamos discutindo até aqui. Talvez aqui se assinale melhor a noção de reflexividade da ação contida sob a escavação do passado e aferições das previsões do futuro, para melhor cálculo das ações do presente. Note-se que a reflexividade para o autor não se trata de uma ação egoísta de um indivíduo que reflete isolado; ela provém dessas análises de passado e futuro que estão – agora sim – refletidas no indivíduo para projetos do presente. Como explica Giddens (2009),

[...] a ‘reflexividade’ deve ser entendida não meramente como ‘autoconsciência’, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. Ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões (inclusive mentindo a respeito delas) (p. 3. Grifos do autor).

Nisto estão presentes noções diversas de riscos como de guerras e controles internacionais, ciência e tecnologia para o desenvolvimento de armas, risco ecológico por meio do desmatamento de florestas e da escassez de água, risco de pobreza e de trabalho escravo, entre outros. Ou seja, os mais variados riscos estão diária e permanentemente distribuídos nas tomadas de decisões dos indivíduos na forma de monitoração reflexiva (GIDDENS, 2002; 2009). Para ele, “[...] o planejamento de vida reflexivamente organizado, que normalmente pressupõe a consideração de riscos filtrados pelo contato com o conhecimento especializado, torna-se uma característica central da estruturação da auto-identidade” (2002, p.13). Quer dizer, ação recursiva – por meio da reflexividade – entre indivíduo e sociedade, entre ação local e ação global

(CERVEIRA, 2007; 2012). De certa forma esse jogo recursivo entre sujeito e objeto retoma aquela noção de Theodor W. Adorno [1903-1969] acerca das relações sociais, onde o autor ressalta que

[...] não há indivíduos no sentido social do termo, ou seja, homens aptos à possibilidade de existir e existentes como pessoas, dotados de exigências próprias e, sobretudo, atuantes no trabalho, a não ser com referência à sociedade em que vivem e que forma indivíduos em seu âmago. [...] também não há sociedade sem que seu próprio conceito seja mediado pelos indivíduos, pois o processo pelo qual ela se preserva é, afinal, o processo de vida, do trabalho, o processo de produção e reprodução que se conserva mediante os indivíduos isolados, socializados na sociedade (ADORNO, 2008, p. 120).

É claro, devemos assinalar que principalmente Anthony Giddens (2009) refina conceitualmente a teoria da ação social por meio de sua estruturação, assim como já havia realizado Talcott Parsons¹⁷, ante a produção weberiana, sobretudo, em uma delimitação clara da não polarização sujeito/sociedade. Entretanto, e o leitor entenderá, não podemos descrever a esquematização de Giddens em sua totalidade dado a qualidade e o rigor com que o autor a estrutura. Ficaremos satisfeitos se, ao fim deste texto, conseguirmos demonstrar sua aplicabilidade.

Isto que estamos chamando de não polarização, se apresenta em Giddens (2009) enquanto dualidade da estrutura. O autor explica que

A constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente – um dualismo –, mas apresentam uma dualidade. De acordo com a noção de dualidade da estrutura, as propriedades estruturais de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam. A estrutura não é ‘externa’ aos indivíduos: enquanto traços mnêmicos e exemplificada em práticas sociais, é, num certo sentido durkheimiano (GIDDENS, 2009, p. 30).

Assim que, para o autor, o dualismo deve ser reconceituado para dualidade. Significa isso que em sua concepção de estrutura (distinta do estruturalismo, que enfatiza a preeminência do todo social sobre partes individuais) a distinção sujeito/objeto, advinda do acento em questões epistemológicas (ou em suas disputas), gera um dualismo entre objetivismo e subjetivismo. Nesse sentido sua teoria da

¹⁷ Neste trabalho não apresentamos as contribuições de Parsons, principalmente de sua teoria voluntarista da ação, já que nos deteríamos demasiadamente na discussão ‘dura’ da teoria. Entretanto, este autor não pode ser desconsiderado. Para uma maior apreensão das reflexões deste autor do início do século, consultar: PARSONS, Talcott. A estrutura da ação social: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Vol. I e II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

estruturação se centra em interesses ontológicos. A dualidade da estrutura é tema central na estruturação do autor e que, além de pressupor sempre a reflexividade, não dispensa também a relação espaço tempo.

[...] o estudo do contexto, ou das contextualidades de interação, é inerente à investigação da reprodução social. O “contexto” envolve o seguinte: a) as fronteiras espaço-temporais (sendo usualmente marcos simbólicos ou físicos) em torno das faixas de interação; b) a co-presença de atores, possibilitando a visibilidade de uma diversidade de expressões faciais, gestos corporais, linguagem e outros veículos de comunicação; c) percepção consciente e uso desses fenômenos reflexivamente para influenciar ou controlar o fluxo de interação (GIDDENS, 2009, p. 332-333. Grifos do autor).

A noção de contexto é que permite pensar em Giddens (2009) a ação, ou, se se quiser, o fluxo da interação em seu ambiente. Para o autor, aos olhos do pesquisador, essas ações dos indivíduos devem estar sempre relacionadas, com o contexto em que ocorrem, na relação espaço-tempo. Desse modo, analisar a coordenação espaço-temporal das atividades sociais “[...] significa estudar as características contextuais de locais onde os atores sociais se movimentam em seus percursos cotidianos e a regionalização de locais que se estendem através do tempo-espaço (GIDDENS, 2009, p. 337).”

Entretanto em Giddens esta noção diz respeito ao “encenamento da interação, os atores co-presentes e a comunicação entre eles” (2009, p. 440). Em nossa concepção esta definição aponta para extremos do fluxo da ação, onde o ambiente representa a cena, a moldura, o local onde a ação se desenrola. Isto é, ação aqui, e o ambiente de fundo. Em uma outra passagem onde o autor descreve sobre as relações – tempo, espaço, contexto -, é possível igualmente perceber que o ambiente está aí contido nesta tríade, e que, não se descola de todo das ações, mas ao contrário, funcionando assim como condição de possibilidade ou limitador das ações.

Toda a vida social ocorre em – e é constituída por – interseções de presença e ausência no ‘escoamento’ do tempo e na ‘transformação gradual’ do espaço. As propriedades físicas do corpo e os *milieux* nos quais ele se movimenta inevitavelmente conferem à vida social um caráter serial, e limitam os modos de acesso a outros ‘ausentes’ através do espaço (GIDDENS, 2009, p. 155. Grifos do autor).

Toda argumentação apresentada até aqui encaminha para a seguinte síntese: o indivíduo, sob a noção de risco e reflexividade, reflete o e sobre o movimento da sociedade no e do mundo; assim, o mundo – permitam-nos utilizar o termo ‘ambiente’ –

torna possível que os indivíduos acessem uns aos outros e os demais materiais que viabilizem o acesso ao conhecimento. E isso em muito se deve a reflexividade social em torno do risco ecológico. Esta proposição fica melhor evidenciada em uma obra síntese organizada posteriormente por Giddens, Ulrich Beck e Scott Lash, chamada *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, do ano de 1995 (nossa edição é de 1997)¹⁸, onde os autores alertam desde o prefácio: [...] O ‘ambiente’ soa como um contexto externo à ação humana. Porém as questões ecológicas só vieram à tona porque o ‘ambiente’ na verdade não se encontra mais alheio à vida social humana, mas é completamente penetrado e reordenado por ela (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, p. 9).

Iniciamos esse diálogo com os autores com o propósito de demonstrar qual é nossa perspectiva epistemológica, quer dizer, de uma ciência que se pretende aberta, destronada de um lugar de sabedoria verticalizada, em geral, mas não somente, centrada em uma visão naturalista de mundo. Ao mesmo tempo, não faz sentido reproduzir a noção corrente na teoria social, de uma separação entre indivíduo e sociedade; de nossa parte não acreditamos que a ação está totalmente subordinada à estrutura, mas que, essas formam um todo recursivo a partir da capacidade de refletir (como um espelho) dos agentes. Então suas motivações ora ganham um contorno de proteção subjetiva, ora de uma dada ordem social, que não entendemos como perene. Com isso estamos pensando as motivações de nosso objeto de pesquisa, o bosque, e os arranjos sociais que foram constituídos para sua formação e que, hoje, tais arranjos talvez nem existam – de acordo com a máxima latouriana de que não existem grupos e sim, formação de grupos.

Mas há ainda um outro elemento que gostaríamos de apontar nessa reflexão: a presença do ambiente como um componente da estrutura, para se analisar como se dão as ações e as interações dos indivíduos. No texto não podemos diretamente localizar isso nos clássicos, como em Weber, por exemplo, mas é possível encontrar como foi demonstrado em Giddens através de sua noção de contexto na relação tempo-espço. De nossas reflexões, e isso será demonstrado na segunda parte do trabalho quando descrevemos nosso trabalho de campo, essa é uma importante consideração dentro da teoria social. Sabemos que do ponto de vista epistemológico ainda temos de avançar para defender essa tese, mas ficam aqui esses apontamentos.

¹⁸ Lembramos que a obra *A constituição da Sociedade* foi escrita em 1984 e estamos utilizando a edição de 2009.

PARTE II

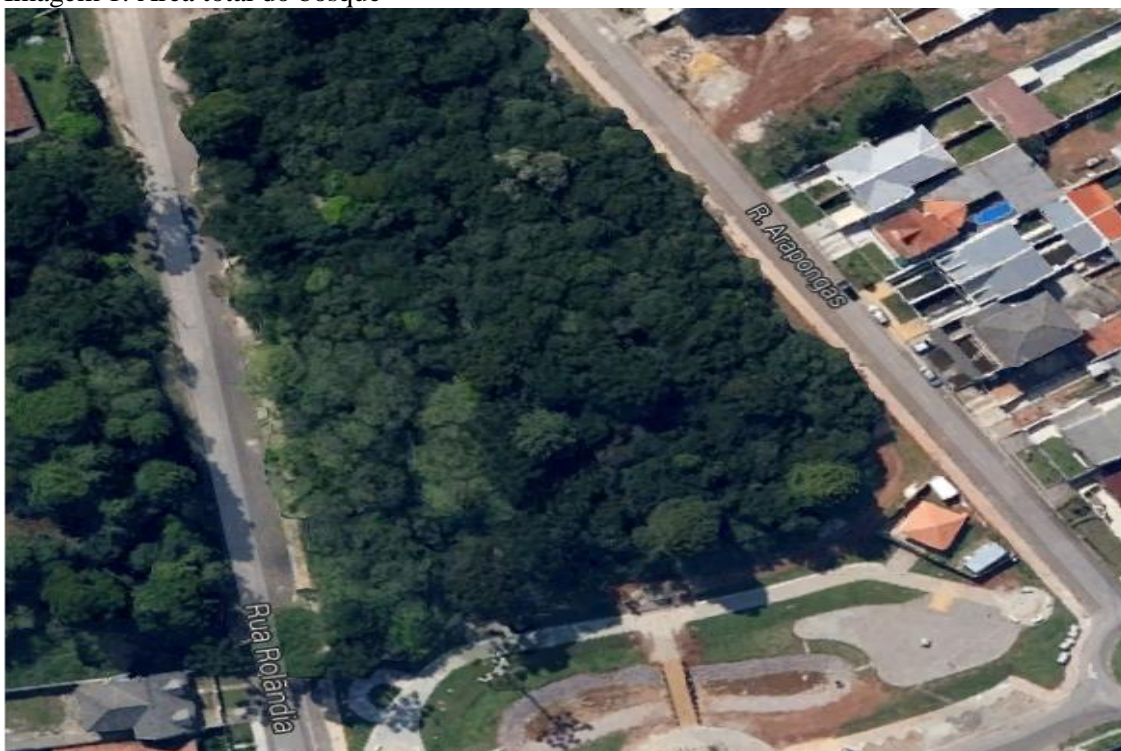
Após a apresentação de nossa perspectiva teórica, que aponta mais as dificuldades que as possíveis soluções quando pensamos o campo, desde as noções de uma ciência que não pretende emoldurar o real dentro de sistemas teóricos, vamos enfim buscar descrever as impressões do resultado de investigação sobre a constituição do bosque. Não pretendemos ser definitivos em nossa análise, e nosso caminho analítico desde já se mostra desafiador: articular estas 1) noções de ciência que não se pretende objetiva, às 2) múltiplas motivações da ação que apreendemos em campo. Nosso objeto revelou múltiplas razões para aquela constituição e seria um reducionismo metodológico qualquer análise por meio de categorias herméticas. Partimos daqui com muitas incertezas, e pretendemos chegar ao final estabelecendo alguns apontamentos e questões. Nessa parte, iniciaremos descrevendo as apreensões do campo, para posteriormente realizarmos nossa análise.

4. AÇÃO, SOCIEDADE E AMBIENTE: uma descrição a partir das apreensões do trabalho de campo

4.1. Sobre a constituição do bosque urbano

Desde já, a partir das investigações de constituição do bosque por nós escolhido, apontaremos para as descrições que remontam suas motivações. Decidimos seguir a metodologia diltheyana do estabelecimento de sua psicologia compreensiva, qual seja, descrição, análise e compreensão (2008). Para tanto, optamos por estabelecer a construção do problema a partir do seguinte caminho descritivo: a) uma descrição sobre a relação entre o Grupo 1 e seu ambiente e, b) uma descrição entre as relações entre o Grupo 2 e seu ambiente. A composição destas descrições será realizada a partir das noções apreendidas tanto na prefeitura, quanto na comunidade do entorno do bosque.

Imagem 1: Área total do bosque



Fonte: Google Maps

Imagem 2: Foto da entrada do Bosque



Fonte: Os autores

Imagem 3: Vista aérea do bosque e do Grupo 1



Fonte: Google Maps.

Imagem 4: Foto aérea da região onde atualmente está instalado o Grupo 2



Fonte: Google Maps

4.1.1. Grupo 1 e as relações com o ambiente

Ao falar do bosque em questão, não estamos falando de uma área verde que pertence estritamente a uma determinada comunidade, ou seja, não podemos entendê-la como uma área particular pertencente a um grupo específico. A partir desta noção, trataremos nesta seção das motivações de constituição de um bosque (específico) através do que chamamos de razões técnicas, ou seja, as razões instrumentais (no sentido weberiano) para a constituição de um equipamento como um bosque. O bosque, apesar das regras de conduta estabelecidas desde sua constituição, é de direito difuso, ainda que seus usos atualmente sejam moderados pela prefeitura.

Já dissemos que, as motivações desta pesquisa são justamente verificar as relações sociais que foram estabelecidas a partir deste equipamento público. Também já dissemos que em nossa investigação essas relações se delimitaram no estudo da comunidade do entorno do bosque, onde aplicamos os instrumentos de pesquisa (gravação de entrevistas a partir de um questionário semiestruturado). Realizamos também entrevista na prefeitura, no Departamento de Planejamento Urbano e também no Departamento de parques, praças e bosques. A partir das informações extraídas na

prefeitura e nas entrevistas realizadas na comunidade em torno do bosque, constatamos a participação de uma segunda comunidade nesta constituição. Esta comunidade reside em conjuntos habitacionais nas proximidades do bosque e com eles não realizamos entrevistas. Chamaremos a comunidade do entorno, a fim de identificação, de Grupo 1 e a segunda, Grupo 2. Vejamos então, a partir de uma narrativa descritiva, como essas relações resultaram na constituição do bosque.

No Departamento de Planejamento Urbano, e também no Departamento de parques, praças e bosques apreendemos que a noção de contexto histórico (crise ecológica) revela o que seria a motivação essencial da criação do bosque. Para a diretora do primeiro departamento, as alterações do município são causalmente determinadas pelas necessidades de proteção ambiental, ou seja, o desenvolvimento e criação de equipamentos públicos segue essa noção do contexto. Dessa forma, em relação a constituição do bosque em questão podemos perceber que sua fala vai nesse sentido:

Algumas coisas por força do tempo, que aconteceria em algum tempo, às vezes são melhores administradas num período, às vezes melhor em outro, e até por força das necessidades que surgiu e que o administrador é obrigado a se adaptar a ela, seja conjuntura econômica, social ou ambiental¹⁹
(Diretora do Departamento de Planejamento Urbano).

Da mesma forma, o diretor do Departamento de parques, praças e bosques, relatou que

[...] o meio ambiente, você vê que de uns tempos pra cá, ele virou a bola da vez né, antigamente, vamos sair um pouco do bosque, de repente né, a cidade era criada assim, na louca, as ruas eram estreitas, sem planejamento sem nada, hoje não, todas as cidades mesmo que seja, num interiorzão lá longe, elas estão tendo um planejamento um planejamento bem antes, e analisado bem antes, analisando pra daqui há 40 anos, mais ou menos.

Outra motivação que foi possível apreender para constituição do bosque, foi mobilizada através da legislação federal nº 6.766/79, que determina que, quando uma grande parcela de terra é adquirida por uma empresa, nesse caso uma construtora, parte deste terreno deve ser destinada a prefeitura para execução de obras públicas de interesse da sociedade. Devemos remarcar que o bosque em questão existe há pouco mais de dois anos, em um loteamento que foi fracionado há quinze anos – isso pode ser uma pista de outros condicionantes para criação do bosque, como veremos mais tarde.

¹⁹ As citações longas dos entrevistados serão assinaladas em itálico, para distinguir das citações longas dos autores.

O bosque na verdade originalmente não foi concebido como um bosque exatamente, ele tomou esse nome e esse formato agora bem recentemente de dois anos pra cá, não mais do que isso, mas em 1998 quando houve a aprovação do loteamento, que era uma gleba que foi parcelada, a legislação requer que o loteador tenha áreas de uso institucional dentro do seu parcelamento. Que são áreas além do sistema viário que não é uma área de uso institucional, mas é uma área pública o loteador é obrigado a passar para poder público áreas para implantação de equipamentos. Na época da legislação que foi aprovado o loteamento era 35% de área do loteamento, pela lei 6.766/79 que é a lei federal do parcelamento, é obrigado a passar pro poder público, e isso incorpora o sistema viário necessário para ter acesso aos lotes, bem como lotes nos quais você possa implantar equipamentos pra essa população que você vai estar instalando ali de alguma forma, né (Diretora do Departamento de Planejamento Urbano).

Podemos por hora perceber duas noções originárias da constituição do bosque; a) temos a crise ecológica que está em pleno debate desde meados do século passado, e também a b) legislação de parcelamento de lotes. Pode-se constatar aqui que estas duas noções se referem às razões técnicas. Em outras palavras, ambas fazem parte das necessidades instrumentais para se constituir um equipamento desta natureza, pois, se por um lado a lei de parcelamentos garante legalmente uma reserva de terra para a sociedade, por outro e aliada à primeira, a concepção de crise ecológica resultou que aquele espaço fosse transformado em um bosque, por estabelecer uma referência direta com natureza ou meio ambiente.

Neste sentido, foi possível captar algumas noções de meio ambiente, relacionadas com a noção de proteção e cuidado com os representantes da natureza não social²⁰; nos dois departamentos da prefeitura que tivemos acesso, essas impressões se revelam, inclusive relatando as características daquele ambiente. Entre a constituição inicial daquele ambiente (e aqui falamos somente da área do bosque) pode-se perceber também aqui uma relação com a técnica, que resulta na forma como ele está atualmente.

Essa área era uma gleba e que tinham alguns condicionantes, como nascente e vegetação de bosque nativo que é essa parcela que está ali hoje no bosque. E foi feito um trabalho de engenharia; a nascente não era exatamente ali onde está hoje o lago constituído, ela era um pouquinho mais acima, foi feito um trabalho de rebaixamento desta nascente, se constituiu ali um lago e uma área verde aberta que incorporava o bosque, um gramado e um lago que foi

²⁰ Estamos utilizando aquela noção de ruptura de Bruno Latour (2004), a partir da qual a natureza não social seria “uma parte do mundo submissa à estrita causalidade e somente ao reino da necessidade; nesse sentido, a natureza opõe-se ao reino da sociedade humana, de sua subjetividade, marcada, ao contrário, pelo reino e pela suspensão da estrita causalidade” (p. 96). Por hora vamos estabelecer esta divisão – natureza social e natureza não social –, já que esta é a noção que se está apreendendo a partir da fala dos entrevistados.

ampliado, daí foi construído, ele não é original daquele lugar, ele foi construído ali, e foi passado para o poder público como uma área de uso institucional, uma área verde, que é uma área preservada ou conservada (Diretora do Departamento de Planejamento Urbano).

Nesta fala se pode verificar como as razões técnicas foram fundamentais para a constituição do bosque. Da mesma forma, na citação abaixo, se constata o mesmo argumento onde se relacionam técnica e elementos da natureza não social presentes na construção daquele equipamento.

Então o bosque foi criado já com planejamento, já vinha sendo estudado já há tempo. Claro que falta ainda muitas coisas ali ainda, né, praticamente a mata ainda é nativa então a gente está plantando alguma coisa, e, aquele lago vai ser melhorado também, porque ele falta oxigênio, a gente tem uns peixes ali e de vez em quando a gente precisa fazer uma emergência por causa daqueles peixes, por causa de oxigênio. Aquele lago é mais alto que o nível da rua, e sai muita água, dá muita infiltração e vai embora água rápido, então a gente está estudando que vai ser melhorado o lago também (Diretor Departamento de parques, praças e bosques).

Um dos elementos disto que chamamos de técnica está melhor evidenciado nesta última fala. A nascente que lá existe foi rebaixada fazendo com que o lago fosse alterado de seu lugar original. Por essa razão, a água que ali se concentra não encontra estabilidade do solo para manter o nível correspondente a capacidade (estabelecida pela intervenção humana) e infiltra para o encanamento de esgoto. Não foi possível extrair um documento, mesmo nas falas com gravador, nem em fotos, mas, através de conversas informais soubemos que há cada quinze dias um caminhão pipa é destinado ao bosque para encher o lago – Não estamos aqui para criticar as falas ante a qualquer posicionamento teórico que defendamos; nosso objetivo é analisar as relações sociais a partir do bosque. Devemos assinalar, no entanto, que incalculáveis litros de água potável são desperdiçados com a manutenção do lago. Não somente em seu reabastecimento mensal, mas acima de tudo, temos de lembrar que existe uma nascente que origina o lago, e que esta água que ali verte, infiltra e é canalizada para a rua.

Imagem 5: Foto do lago existente na área do bosque



Fonte: Os autores

Ainda na prefeitura captamos uma outra motivação, que posteriormente na fase de campo também foi apreendida através das entrevistas com os moradores do entorno do bosque. Existe outro bosque na cidade, temporalmente anterior a este que analisamos, e que, devido seu sucesso, serviu como ‘modelo’ para este último – uma terceira motivação e que podemos relacionar também às razões técnicas. O sucesso a que nos referimos vem da frequência que este primeiro bosque tem, propiciando que as pessoas do município não tenham que se deslocar para a capital em busca de lazer e um contato direto com a natureza (não social). Segundo a diretora do Departamento de Planejamento Urbano, explicando sobre o ambiente investigado, “a transformação dela em bosque com a estrutura que tem hoje, está muito mais relacionado ao sucesso do bosque aqui da área central, do que propriamente já de origem ter a ideia: aqui será um belo bosque”. E ela conclui dizendo que

[...] ficou realmente muito bonito e o formato que ele tinha e o formato da área pública deste bosque era muito próximo, então, uma área pública que tinha um bosque nativo, uma nascente né, e um potencial pra se tornar uma boa área de lazer e recreação, então no conceito os dois são muito próximos,

né, enquanto uma área pra localizar um equipamento desses (diretora do Departamento de Planejamento Urbano).

Outra motivação que pode ser associada às razões técnicas, é o padrão das casas do entorno do bosque, que na apresentação deste texto identificamos como de alto padrão alta. Essa noção é importante para o que queremos demonstrar ao fim desta descrição. E é importante na medida em que nos dá pistas, ainda que não definitivas, de uma das motivações de criação do bosque. Temos de reforçar desde já: não partimos da premissa de que o bosque foi criado por uma motivação unilateral; de início, encontrar o bosque localizado nesta comunidade nos fez construir hipóteses das mais variadas, e estabelecer conexões de causalidade que posteriormente, afastados os preconceitos, percebemos não ser verdadeiras. Por hora, basta confirmar o que dissemos sobre o padrão das casas através das falas obtidas na prefeitura. Vamos então associar este padrão também às razões técnicas, mas essa associação é mais valorativa que as anteriores, ou seja, estamos veiculando a construção (técnica) do bosque às possíveis necessidades desta comunidade do entorno.

Imagem 6: Foto do interior do bosque e as casas do entorno (Grupo 1)



Fonte: Os autores

Segundo informações obtidas no Departamento de Planejamento Urbano, no início da constituição do bosque, “[...] o loteamento foi todo infraestruturado, e as áreas foram vendidas a terceiros, os lotes estão praticamente todos construídos lá né, um loteamento com padrão relativamente bom para o município, principalmente em relação do que se tinha a época né”. Essa característica da região fica melhor definida na fala abaixo:

Ali naquela região a maior parte das ocupações eram ocupações de alto padrão baixa, e o bosque ele já tem uma característica de alto padrão pra alta, já é um público um pouco diferente, mas ele ficou até pouco tempo atrás, até uns três ou quatro anos atrás, ele ficou uma área é... pública, mas não com um uso pela comunidade, um uso efetivo pela comunidade (diretora do Departamento de Planejamento Urbano).

Nesta fala, além de asseverar o perfil da região, ou seja, estamos falando de uma região de alto padrão alta, percebemos a primeira informação de utilização daquele ambiente; o bosque era subutilizado por aquela comunidade – aqui temos uma pista para a análise que faremos no próximo capítulo. Ainda na visão do poder público, vamos apresentar uma fala que ratifica essa noção de alto padrão, mas agora vindo do outro departamento (parques, praças e bosques):

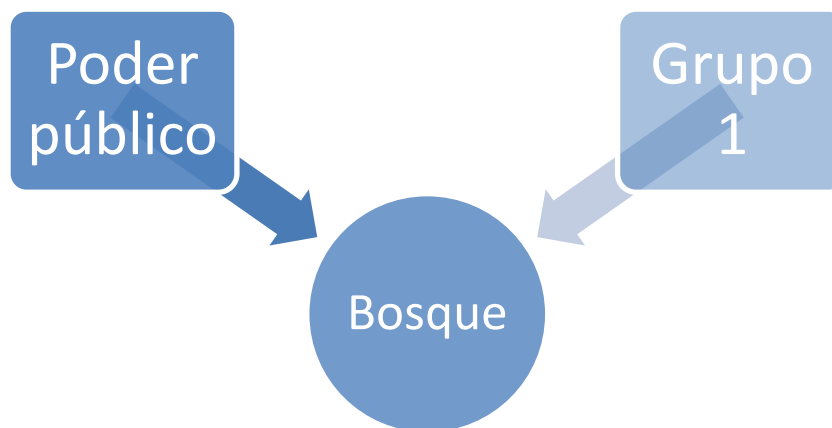
[...] melhoraram muito em volta aquelas casas em volta do bosque, antes não tinha tanto assim. A vida cresceu também o pessoal apostou mais, né. Porque os terrenos ali antes do bosque, vamos imaginar assim, custavam quase a metade do preço. Os terrenos valorizaram muito também.

Para não deixarmos escapar nosso percurso analítico vamos retomar os pontos até aqui identificados. Vimos através dos relatos do poder público, na figura da diretora de planejamento urbano e do Departamento de parques, praças e bosques, que uma das motivações da criação do bosque foi a) o contexto atual de crise ecológica; outras duas motivações apreendidas foram, b) a lei de parcelamento de lotes, e c) a referência ao sucesso do primeiro bosque do município. Uma quarta razão, mas a partir de uma instrumentalização valorativa nossa, é a d) criação do bosque em uma relação estética com o padrão das residências do entorno. Assim, a partir do contexto, aquela área reservada à prefeitura foi utilizada para a constituição do bosque, sinalizando que essa opção se relaciona diretamente com a necessidade de conservação daquilo que estamos chamando de natureza não social. A isto, acrescentamos a noção de causalidade entre a comunidade de alto padrão e uma possível reivindicação da transformação daquele

espaço em um bosque. Estas quatro motivações definimos como razões técnicas; da mesma forma chamamos como técnica aqueles movimentos pelos quais foram sendo forjados os equipamentos que em conjunto constituíram aquilo que hoje é chamado de bosque.

Se pudéssemos esquematizar a fim de sintetizar as apreensões até aqui obtidas, poderíamos ensaiar um quadro que estabelecesse a relação entre a prefeitura, o bosque e o grupo I, nessa ordem. Nesse sentido, o bosque teria o papel central como fim para a solução dos problemas ambientais e legais de um lado, e estético ou paisagístico advindo do Grupo 1, de outro, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 1: Síntese das motivações de transformação do bosque I



Fonte: Os autores.

4.1.2. *Relação do Grupo 1 e o bosque: aparece um novo elemento*

A partir dos quatro elementos descritos na seção anterior – a) o contexto atual de crise ecológica; b) a lei de parcelamento de lotes; c) a referência ao sucesso do primeiro bosque do município e, d) a criação do bosque em uma relação com o padrão das residências do entorno – vamos avançar na busca das motivações que implicaram na constituição do bosque. Tendo em vista os pontos acima mencionados, foi possível investigar com maiores detalhes outra motivação, que como foi demonstrado até aqui, não é facilmente apreendida; nesta fase do texto, nos dedicaremos a ela, ou seja, o Grupo 2.

Mencionamos nas páginas anteriores que o Grupo 1 possui, de um modo geral, um padrão de alto padrão. Também foi relatado até aqui, que este grupo, reside no entorno do bosque e que, segundo as motivações apresentadas até aqui, não participou

de modo efetivo na constituição do bosque, já que segundo a diretora do Departamento de Planejamento Urbano, “[...] poucas pessoas da comunidade (Grupo 1) usufruíam, até porque tinha já trilha dentro do bosque e tudo, mas como era tudo muito aberto e sem controle também havia o risco, a insegurança do uso dessa área”. Entretanto, a partir desta seção vamos descrever o aparecimento de um novo elemento que se insere na relação do Grupo 1 com o bosque: entra em cena o Grupo 2 e seus usos do bosque.

Prosseguindo com nossa descrição acerca das motivações de constituição do bosque, vamos agora descrever as impressões do poder público e do Grupo 1, sobre as relações entre o Grupo 2 e o bosque – insistimos que não investigamos as impressões deste grupo com relação ao bosque, já que foi demonstrado no decorrer da pesquisa que a participação desta sociedade, apesar de ter se demonstrado efetiva na constituição (transformação) do bosque, não foi documentada. Tampouco houve intenção na constituição daquele equipamento para a configuração que ele está atualmente. Nos resignamos em investigar somente um dos lados, porém, como já dissemos, sempre com a consciência da multilateralidade das motivações ou razões de constituição do bosque.

Na introdução deste trabalho, relatamos que na fase de campo, além daquela comunidade de alto padrão que rodeava o bosque, encontramos uma outra comunidade que não aparece para quem está em frente ao seu portal de entrada. Relatamos que durante as entrevistas, essa comunidade não tinha lugar de ser em nossa pesquisa, já que não contemplava os objetivos desta. No entanto, durante a composição do roteiro da entrevista, decidimos questionar a relação daquelas casas, com a transformação do bosque, uma vez que as casas estavam sendo construídas junto com o bosque. Levamos então esta questão aos dois representantes dos departamentos da prefeitura; no Departamento de parques, praças e bosques, o diretor nos informou que havia relação, que a construção das casas estava programada com a transformação do bosque, conforme pode ser percebido no depoimento abaixo:

Sim, já estava. Já estava porque ali o perigo para os moradores já existia, né, e quando viessem todas essas casas (634) mais a população toda, com mato abandonado que tinha ali, com certeza que ia dar muito mais trabalho tanto para a polícia militar quanto para a guarda municipal. Então, chego até a crer que foi criado... um dos motivos.... seria esse.

A mesma questão foi feita ao Departamento de Planejamento Urbano e obtivemos que:

Não tem relação. Mas, o usuário do bosque hoje é uma boa parcela dessa população que foi realocada da margem do rio pra essas unidades ali. [...] Tem toda a questão do cercamento, tem toda a questão né de um controle mínimo das coisas pelo poder público, tem lá uma administração, um apoio, a guarda sempre está andando, mas você não vê grupos de atividades suspeitas, ou que inibam o uso da família, né... não se vê grupinhos de viciados, você não vê isso, não se vê pichação, pelo menos não observei nenhuma ainda lá, depredação.

Se analisarmos as respostas atentamente, elas não diferem nem em conteúdo nem mesmo em discurso, ou seja, a relação entre a construção das casas do Grupo 2 e a transformação do bosque é inquestionável. Nesse momento se estabelece uma inversão, ou seja, a relação não vem do Grupo 1 e o bosque (entre uma possível ligação entre o padrão das casas e a forma do bosque) como apontado na seção anterior, e sim do Grupo 2. O aparente dissenso entre o início das respostas não permite que tenhamos outra apreensão, significa dizer que, esta que estamos chamando de Grupo 2, segundo relatos da prefeitura, tem participação efetiva na constituição do bosque. Seus usos são qualificados pela prefeitura e a partir disso, decidiu-se transformar o bosque, com a instalação de postes de iluminação, cerca, e vigilância 24 horas por dia por parte da guarda municipal, entre outros equipamentos.

O que se pode apreender até aqui, é que o Grupo 2 estabeleceu uma relação com o bosque, que possibilita uma motivação da transformação do bosque diferente das outras até aqui apontadas. Isso é, o Grupo 2, tinha um uso daquele espaço, anterior a constituição dele assim como vemos hoje. É importante ressaltar mais uma vez que essa relação (Grupo 2 – bosque) não estava presente no discurso da prefeitura, e não sabíamos o quão importante era essa relação no momento das entrevistas.

Durante a entrevista no Departamento de Planejamento Urbano, assim que identificada a relação entre a criação do bosque e a construção das casas do conjunto habitacional, julgamos prudente intervir para se aprofundar nesta relação, nesta informação que estava até então alheia de nosso horizonte (assim como é da perspectiva do observador que se coloca ante ao portal de entrada do bosque, ou mesmo dos moradores – Grupo 1 – do entorno do bosque). Reforçamos que o ambiente investigado se encontra em uma região de topo de morro tendo de um lado o bosque e de outro, o conjunto habitacional. Dessa forma nossa intervenção com a diretora do planejamento urbano foi no sentido de assinalar que acreditávamos que o bosque havia sido constituído ou transformado em uma relação com os moradores do entorno. Demonstrando surpresa, a diretora nos informou que

muito pelo contrário. Imagino eu que se você fizesse uma enquete ali com aqueles moradores lindeiros eles certamente (certamente) iam querer, uma cerca, uma segurança e tal, mas no momento que relacionassem isso ao uso intenso de uma comunidade muito maior do que aquela, eles provavelmente (risos) não quereriam. Muito provavelmente não quereriam (Diretora do Departamento de Planejamento Urbano).

E prossegue relatando sobre a valorização dos imóveis da região; segundo ela,

se fossemos usar uma balancinha pra essa valorização imobiliária, ao mesmo tempo que a infraestruturação da área trouxe um valor, agregou um valor ao imóvel, o fato de nós estarmos implantando um loteamento de interesse social ali, desvalorizou na condição de morador, de proprietário, não na concepção do poder público. Desvalorizou mais do que valorizou. Então, eles se sentem... muitos ligam com vários questionamentos. Queriam inclusive fechar com muro, cercar o loteamento com muro porque eles se sentiram muito agredidos com a implantação de um loteamento de interesse social (Diretora do Departamento de Planejamento Urbano).

Sem descartar as motivações até aqui apontadas; soma-se a elas uma quinta, ou seja, e) os usos que o Grupo 2 faz do bosque. Suas práticas não provém de razões técnicas, ao que se pode observar até aqui. Há uma relação com o bosque, independentemente de como se qualifique essa ação, o bosque está se relacionando fora das esferas de técnicas de racionalidade. Não se trata mais de crise ecológica, nem tampouco da legislação de parcelamento de lotes, sucesso de algum outro bosque, ou mesmo pra atender a comunidade do entorno daquele ambiente. Os motivos daquela sociedade para utilização do bosque não são instrumentalizadas, o bosque então deixa de ser um fim, e passa a ser um meio para as práticas. O fim seria agora a diversão, o entorpecimento, satisfação e o acúmulo, ainda que se possa questionar, de bens. Se antes a comunidade não fazia um uso efetivo do bosque, agora percebemos que através do Grupo 2 existe um uso, se desenvolvem experiências, e essas devem agora ser controladas; o bosque é de domínio público e como tal, seus usos devem ser moderados.

Mas estamos nos adiantando; localizamos um novo elemento de motivação da criação do bosque e que está na contramão das razões técnicas, em nossa leitura. E se tivéssemos de tipificá-lo, também não encontraríamos uma categoria de ação ideal conforme a tipificação proposta por Weber e exposta na primeira parte deste trabalho. Seria incoerente sem investigá-los, saber de suas motivações reais, sua percepção do processo de mudança do bosque; como não os entrevistamos, na próxima seção, descreveremos esse processo a partir da visão que tem deles o poder público. Em um

momento posterior, em um trabalho com outro enfoque, poderíamos adentrar nas condições de vida desses moradores realocados, investigar quais suas impressões sobre o programa e mesmo sobre o novo local para constituição de suas vivências.

4.1.3. Descrição dos usos do bosque pelo Grupo 2: outras motivações

Quando estas famílias vieram pra cá, a primeira coisa que as crianças destas famílias fizeram, foi atravessar este belo campo (estendendo a palavra belo) que tinha aqui (agora região da nova relocação) e ir brincar no lago do bosque e isto foi muito complicado

Diretora do Departamento de Planejamento Urbano.

Com esta fala iniciamos nossa descrição das práticas do Grupo 2 no bosque. Esta fala começa a lançar luz sobre essas práticas, e além disso, sobre as formas de apreensão do que se fazia naquele ambiente por parte dos moradores do entorno do bosque. Aqui pode-se perceber a forma como as crianças se relacionavam com o bosque, mas será demonstrado ao longo da descrição que as crianças brincando no lago constituem apenas um dos elementos de representação de uso do bosque por parte do Grupo 2.

Até aqui, o leitor percebe que chamamos de Grupo 1, os moradores de alto padrão que residem no entorno do bosque e que, denominamos Grupo 2, os moradores que residem nas proximidades do bosque, no conjunto habitacional próximo ao bosque. A primeira delas é mais fácil delimitar, ou seja, são somente os moradores do entorno do bosque. Quanto a outra sociedade, esta delimitação apresenta um pouco mais de dificuldades, ou seja, é à essas pessoas que na seção anterior o diretor do Departamento de parques, praças e bosques se referiu ao mencionar as 634 famílias, e relacionar o bosque como uma área abandonada, e que a partir da instalação delas naquele ambiente, a polícia militar e a guarda municipal teriam mais problemas. Mas nosso Grupo 2, é maior que isso. E são estas que aparecem na fala de abertura desta seção; onde antes era um “belo campo” – segundo a caracterização da diretora do Departamento de Planejamento Urbano –, que as crianças atravessavam para chegar ao bosque, é agora o conjunto vizinho ao bosque. Isso quer dizer que existiam já outros conjuntos habitacionais próximos àquele das 634 casas. Então existe uma noção temporal aqui que não contemplamos; assim, para tomarmos uma posição, quando falarmos em Grupo 2, estamos falando de todos esses moradores oriundos dos conjuntos habitacionais.

Imagem 7: Foto da área onde reside o Grupo 2



Fonte: Os autores

O desenvolvimento de transformação do bosque portanto extrapola a implantação das casas populares. Podemos constatar essa informação também neste relato:

As crianças estavam acostumadas a brincar nas cavas dos rios, sem regras né, sem um comportamento muito civilizado como toda criança, então eles não tinham trajes adequados, comportamentos adequados e realmente é... a população que morava de frente pra aquela área que quando comprou achou linda e maravilhosa tomou um choque, e foi realmente a forma de uso totalmente inadequada. Primeiro que o lago não é pra banho. Imagina de um dia para o outro, e nós fizemos a relocação em outubro de 1998, já é uma época que começa a aquecer né, você imagina aquela criançada de beira de rio, né, criada solta, porque é o modo de vida dessas famílias, uma relação com o espaço totalmente diferente com aquele que está acostumado com a cerquinha né? E houveram assim 'N' queixas, reclamações, foram muitos os problemas, além do perigo porque não havia um controle do uso desse lago, então a criançada tirava a roupa e se lançavam pra dentro d'água e os vizinhos ficavam horrorizados (Diretora de planejamento urbano).

Podemos sintetizar várias passagens anteriores nesta última fala. Primeiro aqui a noção de temporalidade está presente, ou seja, o Grupo 2, que foi retirada da beira de rio e instalada nas proximidades do bosque desde 1998, começa a acessá-lo, com comportamentos ditos inadequados e a partir disso o Grupo 1, que escolheu aquele

ambiente para residir, mobiliza o poder público para resolver aquilo que os horrorizavam e assustavam. Segundo a diretora do Departamento de Planejamento Urbano, isso provocou uma ligeira tensão na prefeitura, já que um grupo determinado (Grupo 2) estava invadindo o pretense espaço de outro grupo determinado (Grupo 1) e se comportando de modo, julgado por eles, inadequado.

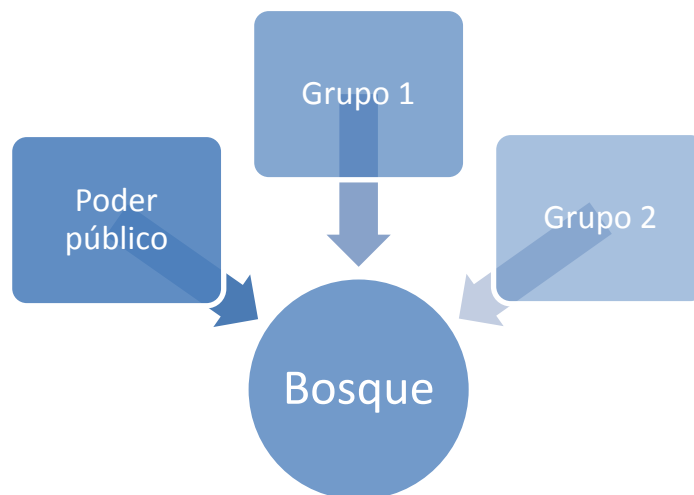
Mas infelizmente, desprovido de qualquer preconceito, o impacto que essa população causou naquele pequeno laguinho, foi quase o do pisoteio do gado na borda do lago. Porque foi tão intenso, tão imediato, e não estavam preparados pra isso, então foi assim, além do choque sociocultural que era esperado, e nós estamos passando isso da mesma maneira com esse novo loteamento, não está sendo diferente, porque aquela população que está ali, né, instalada, mora há quase 20 anos e acha que está numa condição diferente, se enxerga diferente, está tendo dificuldade em conviver, não com todos óbvio, mas com alguns desses novos moradores que não são assim pessoas que tem o hábito da cidadania, da convivência coletiva e da delimitação do espaço (Diretora do Departamento de Planejamento Urbano).

O que se pode observar aqui é que na interpretação da prefeitura, o Grupo 1, estabelece uma relação de distinção a partir de suas convicções morais, em direção às ações dos representantes do Grupo 2 que frequentam o bosque. Pedimos que o leitor atente para a expressão ‘choque cultural’ utilizada pela diretora. Voltaremos a isso com maior atenção na próxima seção do trabalho onde daremos voz aos membros do Grupo 1 por nós entrevistados. Por hora basta, assinalar que estes usos do Grupo 2, demandou uma reação do Grupo 1, solicitando que o poder público interviesse no sentido de coibir aquelas ações. Segundo o diretor do Departamento de parques, praças e bosques, “o maior fiscal de qualquer órgão público são os moradores. Então eles viam aquilo lá, ponto de droga na frente da casa deles, a molecada tomando banho numa água suja. Então reclamação total né.” E conclui mencionando uma dada união do Grupo 1 com a prefeitura: “aí se cria a comunidade junto com a prefeitura, junto com a secretaria, claro, já sabiam que o terreno era da prefeitura, e eu acho que foi um ponto muito positivo fazer aquele bosque ali” (diretor do Departamento de parques, praças e bosques).

Nesta seção foi possível perceber que esse novo elemento que se insere, o Grupo 2, não está presente em nenhum dos motivos apontados no início das descrições, pelo menos não como uma forma de clara motivação de transformação do bosque - Talvez essa seja a principal motivação e arriscaríamos dizer aqui que nossa maior descoberta, ainda que muitas vezes não tenhamos moderado nossos valores. Antes de investigarmos as apreensões do Grupo 1 sobre o Grupo 2, vamos ver como se deslocam as racionalidades desde a transformação do bosque, a partir deste novo elemento; o Grupo

2 se firma como motivador da constituição do bosque, como representado através da figura abaixo.

Figura 2: Síntese da constituição do bosque II



Fonte: Os autores.

4.2. Apreensões do Grupo 1 em relação ao Grupo 2

Nesta fase do texto, traremos as apreensões do Grupo 1 em relação ao bosque e o Grupo 2. Optamos por apresentar as falas de um modo em que a descrição seja realizada a partir de cada entrevistado. Assim, as entrevistas serão descritas aqui na ordem em que foram realizadas. Posteriormente, no último capítulo deste trabalho, analisaremos as falas integrando as motivações e percepções que são mobilizadas a partir do bosque.

A primeira entrevista que fizemos, depois de caminhar em frente as 32 casas que circundam o bosque, e tocar algumas campainhas, foi com uma mulher de meia idade e sua filha, aluna do primeiro ano do curso de fisioterapia. Apesar de termos sido convidados a entrar na casa, realizamos as entrevistas há poucos passos da porta da entrada e em pé. Seguimos o roteiro de entrevista em anexo – o mesmo utilizado nos departamentos da prefeitura. Na descrição identificaremos a mãe como Entrevistada 1 e a filha como Entrevistada 2. Temos de entender que, ainda que as duas habitem na mesma casa e tenham uma relação parental, podem ter usos e percepções distintas do bosque.

Em um diálogo tenso entre pesquisador, proprietária e sua filha, a Entrevistada 2 disse não frequentar o bosque, e que somente seus pais fazem caminhadas diárias na pista do bosque. Sobre a motivação do bosque, a Entrevistada 1 disse ter sido criado em relação ao primeiro bosque. Segundo ela, o que motivou a criação do equipamento “é que aqui na região não tinha área de lazer pra população, né. Então é isso que eu sei que o prefeito, o pessoal lá que achava que tinha que ter mais área de lazer, e daí foi feito aquele outro bosque, e depois esse” (Entrevistada 1). Novamente aparece aqui uma das razões técnicas que apontamos no início desta parte, ou seja, c) a referência ao sucesso do primeiro bosque do município. A Entrevistada 2 acrescenta que “nessa área aqui tava meio perdida e aproveitaram pra ter área de lazer pras crianças. E normalmente escolas trazem para fazer passeio. A guarda acompanha. Mais como área de lazer.” Ressaltamos aqui que, em nossa compreensão, a utilização do bosque como área para passeio e lazer das crianças, não é motivadora da constituição do bosque, e sim, uma alternativa ante sua existência e disponibilidade.

Imagem 8: Pista de caminhada na mata nativa no interior do bosque



Fonte: Os autores.

Como já havíamos realizado as entrevistas nos departamentos da prefeitura, resolvemos questionar sobre outra motivação de criação questionando sobre a segurança

do bosque antes da criação – esta questão surgiu após o aparecimento em nosso horizonte do Grupo 2. A está noção de segurança, a Entrevistada 2 respondeu que

com certeza. Porque como era aberto essas casas aqui mais pro fundo, creio que quase todas elas foram assaltadas, como era aberto eles escondiam ali dentro do bosque e na hora que voltavam a noite aproveitavam para entrar junto. Aconteceu isso algumas vezes. E de usar drogas e essas coisas sempre tinha também (Entrevistada 2).

Aqui tornamos a perceber que a criação do bosque tinha relação com um tipo determinado de uso que se fazia dele. Apreendemos novamente aquela motivação descrita nas linhas acima, a partir das análises dos departamentos da prefeitura – e) os usos que o Grupo 2 faz do bosque. Em relação com esses usos limites ou marginais, podemos avançar na descrição apontando mais duas falas. Na primeira, após ser questionada como estava o movimento no bosque a Entrevistada 1 disse que o movimento de crianças aumentou bastante, mas que não havia problemas para ela. Apesar disso, aponta saber de moradores que não compartilham deste pensamento. Para ela, “[...] vem pessoas de longe aqui fazer caminhada, trazer as crianças pra brincar. Mas tem moradores que aqui que não concordam com a chegada deles. Tem até residências pra vender por conta disso...” A Entrevistada 2 concorda dizendo que “eles acham que vai vir bandido, né. Mas, não é por que a casa deles é daquele jeito, que é doada né... que vai ter só bandido. Aqui quem me garante que não tem? Então, isso não quer dizer nada. É claro que deve ter, mas...” e a Entrevistada 1 conclui enfatizando:

Pessoas boas e más têm em qualquer lugar. Pessoas assim existem em qualquer lugar. Então têm pessoas que falam meio discriminando assim, eu acho que não é certo. Por que esse pessoal foi alocado pra cá porque moravam em área de risco, em beiras de rios, né, aí por um programa do governo eles trouxeram pra cá. Pra mim é indiferente eles ali. Não posso dizer que depois que eles vieram mudou. A única coisa que tem é que a gente tá acostumado com as pessoas que você vê, né. Ai esses dias comentei com ela (apontando para a Entrevista 2) que tem bastante gente diferente (Entrevistada 1).

Após este diálogo, agradecemos e deixamos a residência. A partir de então, não tínhamos somente a noção da prefeitura sobre as formas de compreensão do Grupo 1. Seus membros também localizavam entre si, pessoas que enxergavam nos representantes do Grupo 2, um comportamento inadequado e que manifestavam a partir disso, um sentimento de insegurança. Essa insegurança, minimizou muito a partir da instalação da guarita da guarda municipal em tempo integral. A iluminação no interior e

a cerca que limita os extremos do bosque, também garante que as pessoas possam entrar e sair de suas casas com menor temor.

A Entrevistada 3, nos recebeu na sala de sua casa, onde residem ela e o marido, e permitiu que nos sentássemos no sofá. O casal reside ali desde 2013, data de inauguração do bosque. Souberam da criação do bosque, antes da residência ficar pronta e quando se mudaram, ficaram sabendo da construção do conjunto habitacional. Ligado o gravador, realizamos a primeira questão do questionário, no intento de saber se ela frequentou ou frequenta o bosque. Segundo ela, antes da transformação, as idas ao bosque eram mais frequentes.

Olha como é interessante. Antes eu frequentei mais do que depois da reforma. Porque você vê, era um lugar assim, não era um lugar feio, mas não tinha nada de bom ali, apesar de a gente daí, como somos amigos ali da (nome de uma das vizinhas) aí a gente aos domingos ficava ali, naquele gramado, naquele morro, conversando, olhando algumas pessoas que vinham ali também. Mas frequento. Claro, vou lá dou uma olhada, uma caminhada. Mas pra você saber que bem curioso que eu me liguei agora que eu frequentava mais antes (Entrevistada 3).

Percebe-se novamente aqui uma forma de uso do bosque por parte do Grupo 1. Apesar de não ter se envolvido na transformação do bosque, a Entrevistada 3 relata que o lugar era inseguro antes de ser concluída a construção. “Era muito inseguro. Os moleques vinham a noite. Tinha drogas. E daí as pessoas ficavam inseguras aqui, não sei, por preconceito, não sei... e era muito escuro antes da reforma aqui né.” E conclui lembrando que “quando nós começamos a construir aqui, claro, minha casa né, lógico, a gente tava animado. Mas pensava um pouco na segurança. Ficava um pouco temeroso. Mas daí não né foi ótimo porque a gente sabia que ia melhorar tudo.”

Sobre a implantação do conjunto habitacional a entrevistada nos traz uma perspectiva diferente:

Infelizmente eu também não gostei. Também acho que preconceito, com certeza. Mas isso foi no começo lá, quando eles começaram a construir tudo. Você fica assim já... mas depois eu fiquei sabendo que era pras pessoas que eles iam trazer pra cá as pessoas necessitadas e tal da beira do rio, aí eu fiquei mais tranquila. Aí passou aquilo. Num primeiro momento assim eu quase que fiquei revoltada, sabe. Porque a gente vem morar aqui com tanto sacrifício e eles... porque aqui eu considero um bom lugar pra morar, e daí pra falar sinceramente com você vem essas pessoas vem assim de graça, né, morar junto com a gente que... mas depois passou... foi passando, porque era preciso fazer isso. Enfim tranquilo, hoje tá tudo bem, algumas pessoas já estão ali (Entrevistada 3).

Pode-se perceber aqui que há uma noção clara de descontentamento que parece ir de encontro às outras motivações, ou seja, com essas famílias viriam insegurança, maus hábitos, drogas, etc. Mas ela pode ser extrapolada aqui. Como a Entrevistada 3 escolheu aquela região para morar, em conjunto com seu companheiro, ela achou injusto compartilhar a mesma região, a mesma sensação; em nossa compreensão isso se dá muito mais por um valor comercial da residência do que um privilégio de classe. Essa noção classista pode ser interpretada em um outro momento do processo de aquisição do imóvel, ou antes, na compra, ou em uma possível venda em razão daqueles conjuntos estarem ou não ali instalados. Isso pode ser percebido na concepção de sacrifício para conquistar aquela residência. O que queremos demonstrar aqui é que reconhecemos nessa noção um teor de legitimidade, apesar da palavra preconceito aparecer na fala da Entrevistada 3.

Talvez uma fala que demonstre que a noção de preconceito não pode ser tão valorizada em nossa análise, esteja presente neste trecho: “Pra mim é muito bom né. Acordo lá no meu quarto, na minha sacada, abro a janela e tenho essa visão (árvores do bosque). Eu acho que eu fui privilegiada de vir morar aqui, na frente de um lugar desse” (Entrevistada 3).

Essa impressão de privilégio pela região onde reside é compartilhada de um modo geral por todos os entrevistados. Percebemos isso sobretudo quando entrevistamos as entrevistadas 4 e 5. A Entrevista foi realizada na calçada em frente a casa de uma delas – Entrevistada 5. Como essas duas moradoras residem há mais de 10 anos naquele local e viram todo o processo de transformação do loteamento, pode-se apreender uma satisfação exacerbada para com o local; principalmente na contramão de tudo o que foi relatado até aqui como um problema, como segurança por exemplo. Essas categorias negativas apareceram de outro modo na fala das duas entrevistadas, e que não é possível representar no texto – assinalamos aqui uma das dificuldades em transmitir ao leitor a impressão exata do real através do texto escrito. A entrevistada 4, relata sobre sua percepção do bosque:

Antes eu não frequentava porque antes tinha maloqueiro ai dentro. Antes de fechar ai tinha drogado ai dentro e coisa e tinha. É claro, chamava a polícia e eles vinham. Mas sempre tinha uns drogados ai no meio. Vinham usar drogas ai dentro. Então as pessoas se cuidavam. Gerava um pouco de insegurança porque eles não incomodavam a gente aqui. Foi aumentando assim os moradores, e um ficava cuidando e quando viam já chamavam a polícia e eles vinham, então, eu não posso me queixar desse lugar aqui (Entrevistada 4).

Essa noção de insegurança com relação ao Grupo 2, está presente como já dissemos em todas as falas, nesse sentido, os discursos entre poder público e Grupo 1 são coerentes. Da mesma forma como a relação com o ambiente de um modo geral, tanto em termos valorativos quanto em termos econômicos. Como essas categorias estão se repetindo na fala dos moradores do Grupo 1, vamos assinalar os detalhes, em busca de novas categorias e apreensões. Por exemplo, sobre as impressões diretas acerca não só do modo de se comportar no bosque – elemento de interação entre as duas sociedades – do Grupo 2, mas também seu comportamento na transformação de suas residências. Sobre a população do conjunto habitacional que foi implantado próximo ao bosque, e portanto, próximo da comunidade do entorno do bosque, obtivemos esta resposta da Entrevistada 4 “não posso dizer nada porque até agora não incomodaram. Eu tava com medo né, mas graças a deus. A gente não sabia quem que vinha pra cá. A gente só sabia que era turma da beirada do rio. Mas ali não é turma da beira do rio. Pode ser que lá embaixo. Aqui em cima não é.” Em expressarmos surpresa quanto a este último comentário, ela conclui dizendo que “[...] porque quem mora na beirada do rio não tem móveis que nem eles têm ali. Carro zerinho tudo. (Risos) Você passe ali pra ver o que eles têm (Entrevistada 4). A entrevistada 5 ratificava todas essas falas, e nos deu uma pista importante sobre a reação do Grupo 1, sobre a ação do Grupo 2 no bosque:

A Lú (apelido de uma moradora) sempre brigava por esse bosque né. Mas só que não deu tempo dela ver. Ela faleceu antes. Mas o pessoal antes sempre foi muito unido em questão disso daqui. A gente fazia mutirão pra varrer o bosque quando não era fechado aqui. Então a gente juntava todos os vizinhos aqui e um varria, porque era muito carro ali, e era muito escondido, então eles faziam de motel ali pra cima. Então a gente tinha que fazer sabe, o recolhimento das..... então a gente pegava sacos e sacos... ela dali, nós aqui... tudo se juntava um cortava a grama,... agora não né. Olhe que beleza [...] (Entrevistada 5).

Para além da questão do mutirão, em que se estabelece a noção talvez de pertencimento desta sociedade ao ambiente, há uma outra muito importante nessa direção: havia uma moradora que fazia abaixo assinados, coletava assinaturas dos moradores do Grupo 1 e encaminhava para a prefeitura. A partir desta informação procuramos saber onde ela morava e se havia alguém da família que pudesse nos ajudar na obtenção desses documentos. Conseguimos falar com seu marido, apresentados pela Entrevistada 5, e este nos informou que teria de procurar mas que cederia os

documentos, já que para ele não faziam diferença. Nos colocamos a disposição e retornamos algumas vezes mas não conseguimos obter esses documentos para anexar na pesquisa. Tentamos também através da prefeitura, mas não obtivemos sucesso também lá.

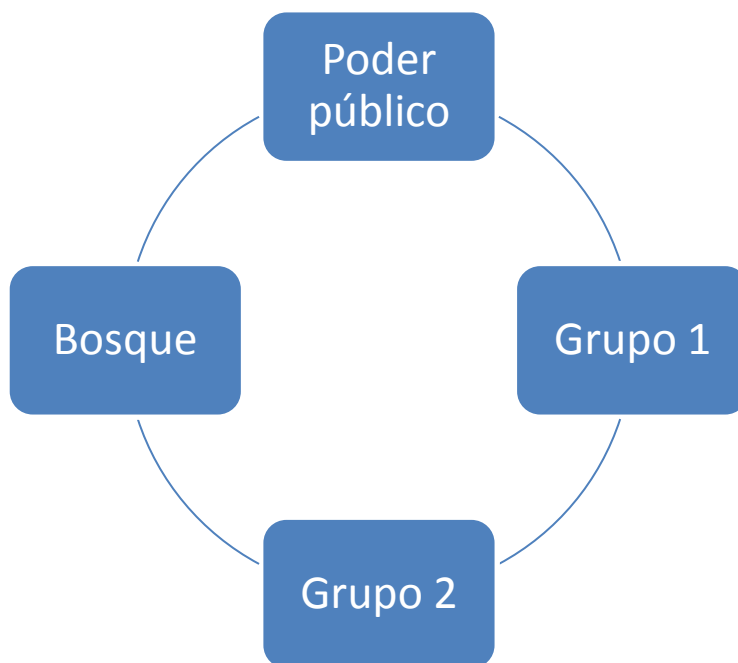
As apreensões do Entrevistado 6 – a entrevista também foi realizada em frente da casa, na calçada, com o portão entreaberto –, seguem o mesmo modelo dos demais entrevistados, incluindo a vinculação deste bosque com o primeiro bosque do município e, a sensação de insegurança gerada pelos indivíduos do Grupo 2 naquele ambiente. No entanto, através desta conversa, pudemos perceber pela primeira vez, o bosque como sendo representante ou fragmento da Natureza. “[...] Eu gostava mais antes. Não tinha essa ‘muvuca’. Sábado e domingo fica cheio e tal né. Fica um monte de gente. Povão. Nada contra, mas na verdade eu não curto assim muito. Eu gosto bastante da natureza, mas eu vou longe assim.” Além dos outros elementos que se repetem constantemente nas falas desses moradores, gostaríamos ainda um vez apresentar uma reação de completa aversão ao Grupo 2, apreendida anteriormente na prefeitura: a criação de um muro que garantisse a permanência da tranquilidade, civilidade e valorização do imóvel.

Eu achei que ia me incomodar mais. Achei que eram pessoas favela e tal. Mas que eu notei desde que eles estão estabelecidos ali, tranquilo. Eu tenho um conhecido que vendeu aqui e começou a “povo vamos vender que os caras vão fazer um conjunto residencial ali atrás né” até eles queriam fechar na verdade. Aquela passagem, eles queriam fechar ali atrás. Mas não é meu estilo ficar fazendo essas associações ali, não tenho tempo (Entrevistado 6).

Aqui finalizamos a descrição da fala dos entrevistados e demonstramos ao longo destas seções, como o Grupo 1, se impõe através do poder público ao Grupo 2. Mais do que isso, chegamos ao final desta fase com o bosque deslocado de seu papel central, e também de seu lugar de Natureza (não social). O deslocamento do papel central nas relações se demonstra através das noções do Grupo 1, e suas menções a insegurança, valor, civilidade, etc., pois, podemos conjecturar que se não fosse um bosque com árvores, lago e trilhas, elementos que propiciaram a prática de comportamentos inadequados, e sim qualquer outro empreendimento como um condomínio por exemplo, os membros daquela sociedade, não sentiriam insegurança. Também é possível conjecturar que, mantida a constituição inicial do bosque, e as práticas fossem voltadas para execução de esportes ou dinâmicas artísticas, por exemplo, da mesma forma a sensação de insegurança não seria um problema essencial, e a preocupação

possivelmente seria outra, ou seja, a centralidade está na ação, e não no bosque enquanto tal. O bosque é deslocado de seu papel central.

Figura 3: Síntese da constituição do bosque III



Fonte: Os autores.

Este texto pretendeu demonstrar, no encontro da teoria mobilizada e o exercício do trabalho empírico apresentados nas páginas anteriores, a forma como entendemos como deve ser compreendido um trabalho científico. Nesse sentido, assumimos a interpretação dos dados analisados. Vale ressaltar que o conceito de ação nesse texto deve ser compreendido como um movimento do indivíduo, que envolve a ação de outros e que envolve constantemente a reflexividade. Por fim, importa dizer que é indispensável para a compreensão do sentido da ação, a compreensão de seus motivos, seu ponto de partida, ou seja, suas razões.

Se soubermos conduzir o leitor na nossa percepção de quais foram as motivações de constituição do bosque, concordaremos que as principais foram estas que relacionamos: a) o contexto atual de crise ecológica; b) a lei de parcelamento de lotes; c) a referência ao sucesso do primeiro bosque do município, d) a criação do bosque em uma relação com o padrão das residências do entorno e por fim, e) os usos que o Grupo 2 fazia do bosque.

Pôde-se perceber que alocamos no capítulo anterior as quatro primeiras às razões técnicas, mas temos de fazer uma distinção entre elas. As duas primeiras dizem respeito a um conhecimento perito no sentido que Giddens (1990; 2002; 2009) aponta como uma característica da modernidade radicalizada. O contexto de crise ecológica (note-se que entendemos que a crise ecológica é um dos fatores da crise ambiental) a despeito de algumas controvérsias, tornou-se uma definição comum quando sentimos mais calor no verão ou mais frio que o ano anterior no inverno – no momento em que escrevemos estas linhas, os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, aqui no Brasil, sofrem com a falta de água nos reservatórios e a questão é permeada de controvérsias: é uma questão política, científica, divina? Ao mesmo tempo no leste europeu, o exército da Rússia disfarçado nos caminhões da ONU, invadiu a Ucrânia para contenção de rebeldes separatistas ucranianos; novamente, é uma questão política, científica, divina?.

Este ‘conhecimento’ de crise ecológica em vários momentos pode servir de motivação para algumas decisões pautadas por um argumento científico. No caso do bosque isso foi demonstrado, e bastaria como uma razão *sine qua non* para justificar a transformação especificamente *daquele espaço* em bosque, tendo em vista que não se trata de uma região comercial ou industrial, e possivelmente não seria oferecido acordo econômico para alguma possível empresa. Estamos pensando que o mesmo espaço em uma região comercial, o argumento de crise ecológica não seria válido; também, como foi demonstrado ao longo do texto, o Grupo 1 não apresentou argumentos relativos a natureza, e sim, às ameaças comportamentais exercidas pelo Grupo 2. Como já dissemos, parece-nos que do ponto de vista dos moradores do entorno do bosque, um empreendimento que oferecesse iluminação e segurança à conservação de suas práticas cotidianas (e de suas personalidades), seria de fato uma solução.

A segunda motivação localizada no texto foi a lei de parcelamento de lotes, em que, a construtora responsável por aquele loteamento, teve de conceder 35% do loteamento para o município, para construção de ruas, instalação de equipamentos para iluminação e saneamento, e, a construção de algum espaço que dê retorno à comunidade, que pode ser um posto de saúde, uma creche ou escola, uma praça, etc.. O bosque foi a opção da prefeitura. Muito provavelmente por haver uma nascente no terreno e que exigiria um trabalho de contenção maior que a solução encontrada de canalizar a água para o lago artificial, por exemplo. Essa é uma razão técnica não pelo fato da lei, e sim, pelo trabalho de engenharia que foi ali realizado. Também por não

derivar de nenhuma paixão ou motivação subjetiva; é federal a lei 6.766/79 de parcelamentos.

Numa relação muito estrita com a legislação de parcelamento, a referência ao primeiro bosque demonstra a reflexividade do poder público, que percebeu nele a saída de lazer para a população daquele pequeno município, que antes passava os finais de semana nos parques de Curitiba (PR). Se pode perceber assim que lazer e saúde são motivadores essenciais para a permanência dos habitantes no município. A quarta motivação da mesma forma – a construção do bosque em relação ao padrão das casas do entorno –, apesar de ter aparecido em somente uma das entrevistas, também pode ser considerada como razão técnica, num sentido reflexivo de adequação estética, que por sua vez, implica em valorização dos imóveis do entorno do equipamento urbano.

Das razões que exploramos neste texto, a tensão entre os dois grupos em relação àquele ambiente, foi o que permitiu que desenvolvêssemos a tese de que o ambiente não pode ser desconsiderado de qualquer análise da teoria da ação social. A partir das pressões do Grupo 1 ao poder público, decidiu-se construir aquele equipamento; lembramos que tais demandas eram provenientes de uma insatisfação do comportamentos ou usos que o Grupo 2 fazia do bosque. Isso nos leva a refletir que, não é possível dizer que as ações de um grupo determinado, são dependentes somente das interações e do momento histórico. Desde a confecção deste trabalho, percebemos que o ambiente físico e cultural, é fundamental no curso das ações dos indivíduos; seria pensar que sem a existência do bosque, o Grupo 2 não existiria, e tampouco uma motivação reflexiva de segurança que atravessou as preocupações do Grupo 1, resultando naquele equipamento assim como ele está.

Temos de lembrar, o que estamos chamando de grupo, de modo algum refere-se a uma reunião social duradoura e que se movimenta com as mesmas motivações por conta de compartilhar um mesmo espaço social. Estamos chamando de grupo essa organização que ocorreu para a constituição do bosque, ou seja, pessoas de um mesmo espaço social que num dado momento se organizaram para obter mais segurança; essa é a primeira questão a ser ressaltada. A segunda questão, é que, ainda que esse movimento tenha existido e que tenham sido elaborados abaixo-assinados para constituir o bosque, as motivações eram distintas. Apesar de termos em todo momento tipificado a motivação orientadora como segurança, por ter aparecido em quase todas as entrevistas, acreditamos que as motivações de quem tem filhos que frequentavam o bosque, foram distintas dos que não tinham, e, ainda, aqueles que tinham um sistema de

proteção individual como portões altos, cercas elétricas e alarme, certamente não tinham as mesmas razões, dos que não tinham. Isso demonstra que a reflexividade não pode ser entendida de modo geral, social, senão que de modo individual, desde as experiências subjetivas.

Quadro de conceitos:

Ação	Conjunto de movimentos ou atos do indivíduo que envolve sempre a análise da reação de outros, tanto na sua aceitação quanto na recusa.
Ambiente	Espaço material onde se dão as relações entre os indivíduos, e destes com o mundo.
Ciência	Forma de conhecimento do mundo (ou de um mundo) passível de interpretação subjetiva.
Compreensão	Uma evidência qualquer, a partir dos instrumentos investigativos propostos pelo pesquisador, considerando também as imperfeições do conjunto da análise, uma vez que a evidência não pode pretender ser advinda de uma interpretação causal válida, porque depende exclusivamente da interpretação do observador.
Grupo	Organização de indivíduos num espaço (podendo este ser virtual) e momento determinados.
Intenção	Cálculo que o indivíduo faz para realização da ação da forma por ele planejada.
Interpretação	Algo localizado entre a observação da ação de um agente humano específico ou de vários agentes, e a compreensão especificamente obtida da ação.
Motivação	Ponto de partida ou razão da ação individual.
Natureza não social	Ver ambiente.
Natureza social	Ver ambiente.
Reflexividade	Experiências acumuladas pelos indivíduos, sempre reestruturadas a partir dos novos conhecimentos, e que são acessadas em cada ação.
Risco	Dúvida característica da modernidade, que atravessa todo o cotidiano e todas as ações dos indivíduos.

Fonte: Os autores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Ação e experiência se aplicam a todas as dimensões do viver.
A reflexão, própria do ser humano, apoia-se na linguagem
que contém o mundo, pelo fazer de alguém em particular e em algum lugar.*
Dimas Floriani, 2010.

Como foi dito na introdução deste texto nossa proposta inicial era investigar desde as contribuições do clássico alemão Max Weber até as reflexões pós-estruturalistas do mexicano Enrique Leff, as racionalidades ambientais envolvidas na constituição do bosque pesquisado. Com esse intento elaboramos todo o enredo do trabalho e fomos surpreendidos igualmente tanto com essa participação do Grupo 2 na constituição do bosque, quanto no deslocamento do mesmo do papel central – enquanto objetificado –, fazendo parte, enquanto relação, do contexto da ação.

É claro que isto nos levou a se aproximar e a reler alguns autores que defendem esta tese – ainda que por vias diferentes – como Gregory Bateson, Bruno Latour, Humberto Maturana e Francisco Varela, e outros que ainda precisamos ler mais como, Tim Ingold ou mesmo Isabelle Stengers, etc. Então o leitor deve se perguntar a razão de não termos mobilizado antes aqui esta discussão e estes enfoques. Ora, seria irresponsabilidade de nossa parte se desde o início pretendêssemos construir uma discussão marginalizada ante a teoria sociológica sem antes compreendê-la, em seu momento, suas derivações, suas nuances.

É claro que fizemos uma escolha e, dentro dela, outras escolhas. Partimos de Max Weber, e utilizamos o Weber heterodoxo e tributário da escola historicista. O mesmo foi feito com Giddens, fomos quase cirúrgicos. Então tecer este trabalho assim como aqui o apresentamos, pode parecer dado ao volume uma negligência acadêmica. Preferimos correr este risco dado à extensão de nosso exercício, do que à profundidade da teoria.

Mas quando falamos desse caminho teórico, de Weber a Giddens, já estamos nos referindo a este trabalho que se centrou nas motivações e não naquele que se referia às racionalidades. No entanto, ainda que o objetivo tivesse sido localizar quais racionalidades estavam envolvidas naquela constituição, o leitor pôde ver que nossa hipótese central, depois de haver realizado o trabalho de campo, permaneceu a mesma: que o ambiente não pode ser desconsiderado na análise da ação social. E percebemos isso pela essência do bosque enquanto um representante da natureza, pela sua forma material, pela nossa constatação a partir das entrevistas, de que o bosque poderia ser

substituído por outra coisa desde que, em troca, lhes proporcionasse segurança. Sobretudo, percebemos que o bosque esteve presente no conjunto das ações, provocando as ações, as reações as intenções e as motivações; o bosque deve ser compreendido na nossa leitura enquanto relação.

Nesse sentido, o exercício de confecção deste trabalho envolveu um processo de construção que apresenta desde a teoria sociológica clássica até a contemporânea, a não separação entre natureza e cultura, a dualidade ou recursividade das ações entre indivíduo e sociedade e, a inserção do ambiente na análise do conjunto da ação. Procuramos na descrição do texto manter essa vigilância epistemológica.

Com essa vigilância apresentamos no primeiro momento do trabalho, uma breve revisão do círculo hermenêutico de Weber no intento de demonstrar como cultura e natureza não podem ser compreendidas de modo distinto já que seus limites não são passíveis de estabelecimento. Dessa forma, um trabalho científico pode mobilizar tanto os recursos das ciências naturais quanto os recursos das ciências humanas ou do espírito, para interpretação de seu objeto. Ainda do mesmo círculo intelectual, apreendemos que os acontecimentos históricos bem como as ações individuais não podem ser compreendidos senão a partir das múltiplas experiências que fizeram parte da trajetória do intérprete.

Como segundo momento do texto, procuramos demonstrar como não podemos entender a ação centrada apenas no indivíduo ou, de modo contrário, apenas na sociedade. Isso quer dizer, não entendemos uma distinção indivíduo-sociedade no processo que exprime o conjunto da ação. A dualidade ou recursividade da estrutura deve ser considerada no processo. Em outras palavras, as linhas anteriores descrevem um movimento que apresentou um conjunto de ações individuais, realizadas em interação pelo Grupo 1 (e também pelo Grupo 2, por outro lado) e que foram motivadas essencialmente pelas questões descritas no texto (a) o contexto atual de crise ecológica; b) a lei de parcelamento de lotes; c) a referência ao sucesso do primeiro bosque do município, d) a criação do bosque em uma relação com o padrão das residências do entorno e, e) os usos que o Grupo 2 fazia do bosque).

O leitor percebe que essas motivações envolvem a comunidade do entorno do bosque e também os membros da prefeitura que concederam a entrevista. Nesse caso estamos estabelecendo aqui uma espécie de tipos ideais de motivação que foram estabelecidos a partir do contato com o campo e que nos ajuda a refletir e a responder nossos objetivos com esta pesquisa. Mas isso não é tudo.

Se perseguirmos o dualismo e a reflexividade que discutimos em Weber e Giddens, estas motivações deixam de existir em sua simplificação típica. Se refletirmos um momento, elas servem somente para interpretação e compreensão do real, mas de uma parte deste real que podemos alcançar somente ante nossa interpretação, desde nosso lugar. A motivação individual profunda não se pode alcançar, mas somente supor desde o conjunto de ações que se assomaram para constituição do bosque, assim como nos ensina Ricoeur (2009) apresentado na epígrafe de abertura deste trabalho. E, no entanto, há uma parte deste eu individual que realiza a experiência socialmente, que aprende com e pela sociedade, e este é o outro polo da estrutura dual.

A experiência com o mundo social (leve-se em conta aqui o ambiente) é fundamental e determinante na constituição do indivíduo e esse é o lugar de onde ele se vê refletido. Isto está presente na noção de risco, desta dúvida constante que por vezes atormenta, mas que em geral é despercebida no conjunto de atos que compõe a ação. E a isso muito diz o lugar deste indivíduo no mundo, a experiência que experienciou (emprestando a expressão fenomenológica). Assim que, quando Giddens (1990; 2009) fala da reflexividade ou do risco, e Weber (1991; 1995) reflete sobre a ação e relação social, estão aí implicados não um componente em uníssono social, em que se baseiam as ações individuais, mas onde cada indivíduo ou sujeito reage a partir das experiências por ele realizadas. Estamos nos repetindo, mas dito de outra forma, cada um acessa os conhecimentos que tem ao beber uma xícara de café pela manhã ou em qualquer outro momento... o risco é social mas sua importância é subjetiva.

Dentro desta perspectiva dualista da ação temos ainda mais uma vez que reforçar como consideramos então os grupos (1 e 2) neste trabalho. Tendo exposto que a ação é recursiva dentro do movimento reflexivo entre indivíduo e sociedade, não seria possível ser compreendido que, o que chamamos de Grupo 1 e Grupo 2 fosse lido com um tecido perene. Além das motivações entre os indivíduos divergirem a partir de cada experiência subjetiva, pode se afirmar ainda que o modo como usamos o termo grupo não quer ilustrar um coletivo de indivíduos (atores) que comungam dos mesmos ideais. No momento de reivindicação de constituição do bosque – e é uma pena não termos tido acesso aos documentos que foram assinados pelo Grupo 1 e enviados à prefeitura do município – os moradores do entorno ratificaram uns aos outros quanto as motivações e validaram um documento que os representava. A partir disso, a causa os motivava, o que estava lá contido nos documentos (abaixo-assinado) validava suas motivações. Só a

partir disso se pode afirmar que, mesmo em termos aproximados, que as motivações eram as que descrevemos na parte II deste texto.

De modo que hoje muito provavelmente, uma vez o bosque lá constituído, outras demandas surgiram, e o que antes era um grupo hoje foi reformulado, não fazendo mais sentido para nós pesquisadores e para o leitor que nos acompanha chamar os mesmos entrevistados de grupo. Assim vale dizer, não houve grupo, houve uma formação de grupo como dissemos no final do capítulo 4 nos referindo às noções de Bruno Latour (2012).

O leitor percebe que neste trabalho nos dedicamos a interpretar as motivações que deram origem a constituição do bosque, apresentamos as motivações da comunidade do entorno e também do poder público ante as noções que viemos até aqui discutindo. Mas vale rascunhar aqui o que deixamos de discutir no texto. Importa ainda se perguntar: e as motivações do Grupo 2? Bem, do modo como entendemos, a motivação é uma razão, um ponto de partida da ação que move os indivíduos em seus ideais; é um disparador. Na constituição do bosque eles não tinham motivação já que não foram consultados quanto à transformação do espaço; de certa forma aquele espaço tornou-se o que é, contra eles – ainda que individualmente exista a possibilidade de que membros do Grupo 2 desejassem tal mudança.

Mas o caso é que os membros do Grupo 2 foram reféns das mudanças por assim dizer. Se compreendemos corretamente o conceito de intenção como um cálculo para que a ação se realize como planejado, podemos então supor que frente ao bosque esses indivíduos tinham a intenção de realizar as atividades (como uso de drogas, nadar no ‘lago’, namorar, etc.) que serviram, entre outras, de motivação para os moradores do entorno constituírem o que na nossa representação é o Grupo 1, e demandar ao poder público a alteração do espaço.

Entretanto, à proposta deste texto, a investigação do trabalho de campo fez surgir uma hipótese a qual não esperávamos quando da confecção de seu projeto e que se tornou central em nossa análise como já foi dito: o desvelamento da atuação (da agência, diria Giddens) do ambiente no conjunto da ação. O leitor acompanhou neste texto que, enquanto perseguíamos as motivações de constituição do bosque, ocorria um deslocamento de seu papel central, ou seja, de seu lugar de objeto no centro de uma disputa silenciosa, fria.

Pôde-se constatar que enquanto percorríamos as motivações de constituição do bosque, entrevistando a prefeitura do município e os moradores mais próximos àquele

equipamento urbano, encontramos uma motivação na qual nos debruçamos com maior atenção: o comportamento de um grupo de indivíduos no bosque, ou mais precisamente, diante da casa das pessoas que residem em frente a ele.

Esta motivação de transformação do espaço apareceu tanto na prefeitura quanto nos moradores do entorno, e em consequência, fez com que obtivéssemos duas apreensões que nos fizeram atentar para este novo lugar do bosque em nossa pesquisa. A primeira razão adveio da percepção de que o ambiente (bosque) é o principal motivador das ações dos dois grupos em relação a sua existência. Assim que o bosque é algo em si nas relações que provocaram sua transformação. As relações em torno dele têm muito de reflexividade da ação já que aquela experiência (que envolvem as intenções e motivações das ações) somente é possível por meio da existência do bosque. O bosque deixa de ser cenário, insurge como ator na relação.

Na contramão deste primeiro deslocamento identificamos que o bosque – enquanto representante da natureza (desta natureza não social) –, em razão de ter sido motivado essencialmente por uma noção de segurança, de acordo com nossa leitura da fala dos entrevistados, poderia ser convertido em qualquer outro empreendimento, desde que oferecesse segurança aos moradores. Esta segurança é física, de proteção da família e das coisas do cotidiano, ou seja, de uma ecologia diferente daquela que pede a conservação do solo, das árvores e das nascentes, como fontes de manutenção e conservação da vida. O bosque deixa de representar a natureza; iluminado e cercado representa agora segurança.

O leitor pode ver aonde chegamos; se estivemos distinguindo a todo o momento natureza social e natureza não social, e as reunimos dentro disso que estamos chamando de ambiente no texto, em uma conotação – que acreditamos! – de que não há separação entre estas duas naturezas, nos colocamos uma armadilha da qual não podemos sair: utilizamos em nossa segunda razão de deslocamento do bosque, a justificativa de que o mesmo deixa de ser um representante da natureza. Não encontramos outra saída senão reforçar aqui, que estabelecemos uma distinção utilizando o argumento dos entrevistados e usamos esta apreensão para compreender as motivações. Dentro deste quadro, a primeira motivação (contexto de crise ecológica) deixa de ter significado em si, já que aquela conservação tinha outro fim.

Quando se inicia um trabalho científico, tateando no escuro, algumas questões desconfortam, trazem insegurança. Esse desconforto deixa o pesquisador sem saber ao certo quais ‘armas levar para a batalha’. Nos preparamos com o conhecimento de

mundo que tínhamos e com a teoria que julgamos melhor para a temática. Por essa razão não nos dedicamos a discutir o conceito de natureza nesta pesquisa, já que esta questão esteve alheia aos objetivos deste. A tese de que o ambiente não pode escapar das análises surgiu deste exercício teórico. Fica aqui, portanto, o compromisso de avançar nesta questão para que em trabalhos posteriores possamos nos dedicar a ela com maior clareza.

Esperamos ter cumprido o objetivo de nossa proposta nesta dissertação. Por certo que a investigação poderia ter sido mais longa e o que de certa forma encerra os esforços de uma pesquisa são ou o desamor pelo texto (como ensinou Foucault), ou seus prazos. Nos localizamos nesta última razão, e isso de algum modo é positivo já que se não existissem os prazos muito provavelmente uma análise como esta só seria entregue depois de anos de dedicação. Não necessariamente no cumprimento do objetivo central do texto – investigar as motivações da constituição do bosque – mas na defesa disso que surgiu como hipótese desde a construção do trabalho, de que o ambiente não pode ser objetificado na análise da ação dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodore W. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- AMARAL, M. N. P. C. **Dilthey – conceito de vivência e os limites da compreensão nas ciências do espírito**. *Trans/Form/Ação*, 27, 51 – 73. 2004.
- BECK, U. A reinvenção da política. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. SP: Unesp, 1997.
- CERVEIRA FILHO, J. L. F. **Pós-Modernidade e Risco na Bacia Hidrográfica do Paranapanema: a construção social da sub-política ambiental no município de Piraju (SP)**. Tese de Doutorado. UFSCar: São Carlos, 2007.
- CERVEIRA FILHO, J. L. F. Pós-modernidade e Risco na Bacia Hidrográfica do Paranapanema: a construção social da subpolítica ambiental no município de Piraju (SP). **Revista Desenvolvimento & Meio Ambiente**. N. 27, Curitiba: UFPR, 2012. p.127-142.
- COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social**. São Paulo: Martins fontes, 2003.
- DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. São Paulo: Editora UNIESP, 2010.
- DILTHEY, Wilhelm. **Ideias acerca de uma Psicologia descritiva e analítica**. Covilhã, Portugal: LusoSofia, 2008.
- FRANCO, Sérgio Gouvêa. **Dilthey: compreensão e explicação e possíveis implicações para o método clínico**. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, 15, 14 – 26. 2012.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3º. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HABERMAS, J. **A lógica das ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HUSSERL, Edmund. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Corvilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.
- HUSSERL, Edmund. A ingenuidade da ciência. **Science Studies, São Paulo** , v. 7, n. 4, Dec. 2009 . <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-

31662009000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Ago. 2014.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662009000400008>.

KALBERG, Stephen. **Max Weber**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: Edusc, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. São Paulo: Edusc, 2012.

MATURANA, Humberto R. VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, [1984] 2001.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social**: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes, vol. II: Weber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

POCOCK, John, G. A. **linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

RICOEUR, Paul. **Na escola da Fenomenologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Centauro, 2010a.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva, 1991.

WEBER, Max. **Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais**. São Paulo: Centauro, 2003.

WEBER, Max. *Essais sur la théorie de la science. Recherches en sciences humaines*. n. 19. Paris, Librarie plon, 1965.

WEBER, Max. **Interpretação racional e causalidade histórica**. Covilhã, Portugal: LusoSofia Press, 2010b.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 1995.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Roteiro da entrevista

APÊNDICE 1

Questionário:

- 1) Você frequentou ou frequenta o bosque?
- 2) Você sabe o que motivou a criação do bosque?
- 3) Houve participação dos moradores nessa criação? De que forma?
- 4) Sobre o processo de criação, havia algo planejado que não se concretizou? (mais saúde, mais estrutura, etc...)
- 5) Como era o espaço antes? Quem frequentava?
- 6) E hoje, qual sua opinião sobre o espaço? Quem frequenta hoje?
- 7) Na sua opinião, falta algo ainda no bosque? Algo precisa ser mudado?